



2019

Relatório de Gestão



Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná



1 2 3
4 5 6
7 8 9
0

BRANCO **CORRIGE** **CONFIRMA**

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Rua João Parolin, 224 - Prado Velho - Curitiba - Paraná - CEP 80.220-902
 (41) 3330-8500 - www.tre-pr.jus.br

Coordenadoria de Planejamento Estratégico - COPE**Diagramação:**

Seção de Planejamento Estratégico - SPE e
 Seção de Projetos Institucionais - SPI

Layout - Relatório:

Seção de Projetos Institucionais - SPI

Fonte dos dados:

Unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Tribunal Superior Eleitoral

Conselho Nacional de Justiça (Relatório Justiça em Números)

Apresentação:

Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – Exercício 2019
 O presente relatório, elaborado de acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União
 (Decisões Normativas TCU nº 178/2019 e nº 180/2019 e Portaria TCU nº 378/2019),
 tem como objetivo apresentar à sociedade e ao TCU os resultados da gestão do
 Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no exercício de 2019.

Estrutura:

MENSAGEM DO PRESIDENTE

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

GESTÃO DE RISCOS

RESULTADOS DA GESTÃO

UNIDADES ESPECIAIS DA GESTÃO

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

ANEXOS

A reprodução de parte ou do todo desta publicação está permitida desde que citada a fonte.

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Prestação de Contas Ordinária Anual:

Relatório de Gestão do Exercício de 2019. – Paraná: TRE-PR/COPE, 2019 - 89 páginas

**DESEMBARGADOR GILBERTO FERREIRA**
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Apresentamos, neste documento, o Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná relativo ao ano de 2019, formatado com a cooperação de diversas áreas do Tribunal, retratando as informações mais importantes como a estrutura da organização, o sistema de governança e a atuação e desempenho da instituição no decorrer do ano.

A gestão 2019 iniciou sob a presidência do Desembargador Luiz Taro Oyama até 31/01/2019, sendo que a partir de 1º/02/2019, exercei a presidência, cujo mandato se estendeu até 31/01/2020. Esta gestão pautou-se pelo trabalho conjunto de autoridade e servidores. Os desafios foram divididos com os responsáveis de cada área técnica, assim como os resultados obtidos são o fruto do trabalho integrado desenvolvido.

Em virtude disso o TRE-PR, que atua sempre na busca da excelência na prestação de seus serviços à sociedade e na gestão inteligente e eficiente, no ano de 2019, com grande satisfação, conquistou o Selo Ouro do Prêmio CNJ de Qualidade. Pela Portaria TRE-PR nº 206/2019, foi instituído o Plano de Gestão para 2019, composto por 25 ações, com base no Planejamento Estratégico do Tribunal, revisado pela Resolução TRE-PR nº 826, de 11/03/2019.

O TRE-PR, com a missão de garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia, e visão de consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança, em todas as suas atividades, atuou pautado em 12 valores, no cumprimento de 10 objetivos estratégicos e 18 indicadores.

Embora todos os objetivos estratégicos traçados refiram-se a atividades e aprimoramentos contínuos na instituição, foram cumpridas todas as metas para esse ano em diversos segmentos: planejamento das Eleições 2020; autogestão do Tribunal e o relacionamento da Justiça Eleitoral com o eleitor. Os resultados obtidos em todos os objetivos estratégicos foram satisfatórios, conforme se vê neste relatório e nos gráficos que o acompanham. Mas é a partir dos valores que nortearam a gestão 2019, instituídos no Planejamento Estratégico do TRE-PR, que podem ser exemplificadas algumas realizações no âmbito deste Tribunal em 2019. Com referência à ética, foi instituído pela Resolução TRE-PR nº 845/2019 o Programa de Integridade da Justiça Eleitoral do Paraná.

Para a valorização das pessoas, instituiu-se homenagem aos servidores aposentados pela Resolução TRE-PR nº 825/2019; a Política de Responsabilidade Social pela Resolução TRE-PR nº 840/2019, com vistas à promoção do bem estar social de servidores, terceirizados e da comunidade em geral, e o Projeto CERESOCIAL, que busca fomentar o engajamento de autoridades e servidores, de forma voluntária, em ações sociais que contam com o apoio institucional do TRE-PR.

A integração foi desenvolvida nos aspectos externo e interno. Foram firmados diversos acordos de cooperação com instituições como o Tribunal de Justiça do Paraná, o Centro de Integração Empresa-Escola, a Secretaria de Segurança Pública do Paraná e a Polícia Militar do Paraná, a fim de trocar experiências e conhecimento, com vistas a prestar um serviço público de excelência. Internamente, desenvolveram-se diversas atividades culturais

com o objetivo de integrar os servidores e fomentar um ambiente fraterno, criativo e favorável à maior produtividade na instituição, inclusive com a criação da Banda Fora da Pauta pela Resolução TRE-PR nº 833/2019 e a instituição do I Concurso Nacional de Contos.

Na promoção da *cidadania*, inúmeros projetos da Escola Judiciária Eleitoral foram realizados, como o Eleitor do Futuro, Parlamento Jovem, Tribunal Eleitoral Jovem, divulgação da segurança da urna eletrônica, e o projeto Mulheres na Política – Construindo Candidaturas, voltado à inclusão da mulher na política. Também foi criada a Rádio Eleitoral para Todos, que levará muito mais conhecimento aos eleitores de todos os rincões do Paraná.

Instigando o *comprometimento* dos servidores, promoveu-se a concessão do prêmio “Boas Práticas”, como forma de compartilhar e valorizar as melhores iniciativas. Foi construído o Fórum Eleitoral de Ribeirão Claro, que reforça o compromisso da Justiça Eleitoral do Paraná de estar próximo ao eleitor e bem atendê-lo, mantendo a capilaridade necessária ao bom andamento dos trabalhos eleitorais.

A *sustentabilidade e acessibilidade* tiveram grande destaque na atuação do TRE-PR em 2019, com o início das atividades da Usina Fotovoltaica do TRE-PR, que abastece toda a estrutura da Justiça Eleitoral do Paraná (154 Fóruns Eleitorais e a sede do Tribunal), com sobra de energia. Além disso, inúmeras ações são voltadas à sustentabilidade, como campanhas de reciclagem de diversos materiais, redução de consumo como papel, impressão, copos plásticos, água e outros, desenvolvimento do Projeto Arborização na Capital e no interior, e muitos outros.

Em *acessibilidade*, sob a coordenação da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, diversas ações foram desenvolvidas em prol da inclusão: promoção de cursos de Libras (presencial e EAD) para servidores e estagiários que trabalham diretamente com o atendimento ao público; aquisição de 59 cadeiras de rodas, que atenderão os eleitores de fóruns do interior; implantação de soluções de acessibilidade arquitetônica em 16 fóruns eleitorais; e a idealização e realização do projeto Sentindo na Pele, que visa, por meio de experiências práticas e sensoriais, mostrar aos participantes as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual e motora.

A nova realidade orçamentária foi um grande desafio deste ano, enfrentado com a adoção de medidas voltadas à *economia*. Foi promovida a revisão dos contratos da instituição; o acompanhamento e controle das jornadas diárias excedentes à normal, com vistas à redução do acervo de banco de horas dos servidores; bem como a instituição, por meio da Resolução TRE/PR nº 844/2019, do plantão judiciário em polos, a ser realizado no período do recesso nos anos não eleitorais, o que propiciou reduzir as unidades judiciares em plantão de 187 para 21, sem perda na qualidade do atendimento ao eleitor, haja vista a implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe e do Título Fácil, permitindo ao eleitor ser atendido em qualquer fórum eleitoral em plantão.

A absoluta *transparéncia* das ações deste Tribunal foi um dos grandes objetivos alcançados, com o início da transmissão das sessões de julgamento ao vivo pelo canal do Youtube, e o aperfeiçoamento do Portal da Transparéncia, projeto que envolveu diversas áreas com vistas a facilitar o acesso de todos os cidadãos às informações de interesse público, cuja ação foi reconhecida pelo CNJ, com a melhora na posição no Ranking da Transparéncia daquele órgão.

A *celeridade*, o grande diferencial da Justiça Eleitoral, também foi foco das ações desta gestão, tais como a implantação do PJe em 1º grau e a especialização, por meio da Resolução TRE/PR nº 834/2019, das 2ª e 3ª Zonas Eleitorais de Curitiba para processar e julgar os crimes de corrupção, de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores e aqueles praticados por organizações criminosas, bem como os pedidos de colaboração premiada e de cooperação jurídica passiva em matéria penal, conexos com crimes eleitorais. Outro vetor de suma importância para a Justiça Eleitoral - a confiabilidade, foi reforçada por meio do término do processo de cadastramento biométrico dos eleitores do Estado.

Se a ética, a celeridade e a *confiabilidade* são a tradição imutável da Justiça Eleitoral, os mecanismos que levam a eles e à manutenção dos demais valores da instituição estão em constante transformação. Apenas por meio da inovação nos mantemos como referência em padrão de qualidade no atendimento ao eleitor e neste ano o Título Fácil, projeto de autoria da Corregedoria Regional Eleitoral do Paraná aprovado pela Resolução TRE-PR nº 838/2019, passou, por meio da adoção de soluções de tecnologia da informação, a permitir aos eleitores serem atendidos em qualquer fórum eleitoral do Paraná e não apenas naquele onde fizeram seu título.

Para fomentar a criação de projetos como esse e a elaboração de plano de ação com soluções conjuntas e pacíficas de melhoria de gestão pública, foi criado o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS), por meio da Portaria TRE-PR nº 676/2019, que certamente será um instrumento frutífero para as próximas gestões.

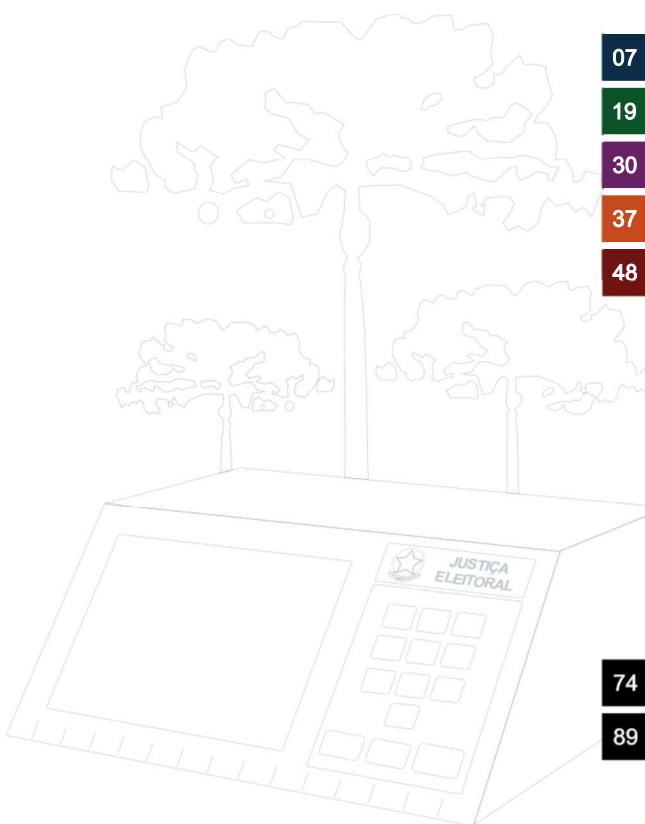
Com essas e outras ações, esta gestão pautou-se pela coerência ao estabelecer como foco a valorização do ser humano, o fomento às atividades culturais e sociais como forma de integração dos servidores e a constante melhoria dos serviços públicos entregues ao eleitor.

Assim, os dados, números e gráficos constantes no presente relatório, elaborado em consonância com as diretrizes estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 178/2019, que ora os apresento, trazem de forma fidedigna, precisa e completa os fatos ocorridos em 2019, bem como traduzem o empenho e a dedicação de autoridades e servidores desta instituição na consecução do bem comum.



DESEMBARGADOR GILBERTO FERREIRA

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



07	Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo
19	Governança e Planejamento Estratégico
30	Gestão de Riscos
37	Resultados da Gestão
48	Unidades Especiais da Gestão
49	Gestão de Pessoas
54	Gestão de Licitações e Contratos
57	Gestão Patrimonial e Infraestrutura
61	Gestão da Tecnologia da Informação
65	Prestação Jurisdicional
66	Sustentabilidade Ambiental
71	Gestão de Custos
74	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
89	Anexo

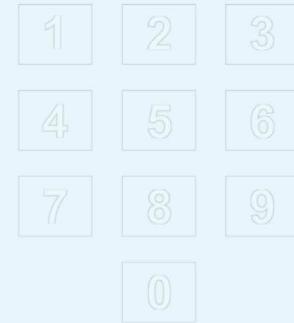
ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS/DIFUSÃO DO PARANÁ	NBR – NORMA BRASILEIRA
ART – ARTIGO	Nº – NÚMERO
ASSDG – ASSESSORIA JURÍDICA DA DIREÇÃO GERAL	OE – OBJETIVO ESTRATÉGICO
ASIWEB – SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO	PAA – PLANO DE AUDITORIA ANUAL
AUX. ADM. – AUXILIAR ADMINISTRATIVO	PAC – PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO
CCONT – COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE	PAD – PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL
CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL	PALP – PLANO AUDITORIA DE LONGO PRAZO
CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	PTDI – PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
CJ – CARGO EM COMISSÃO	PETI – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DDA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	PI – PODER JUDICIÁRIO
COFIC – COORDENADORIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	PLS – PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
CETI – COMITÉ EXECUTIVO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	PIE – PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO
COPE – COORDENADORIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PM/PR – POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ
COPEL – COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	RAE – REUNIÕES DE ANÁLISE ESTRATÉGICA
CRC – CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE	ROHS – (RESTRICTION OF CERTAIN HAZARDOUS SUBSTANCES)
CRE/PR – COREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ	SADP – SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS
CTF – CADASTRO TECNOCO FEDERAL	SECGA – SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DFC – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	SECGP – SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DJE – DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO	SE CIA – SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA
DFT – DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO	SECOFC – SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
DIN TCU – DECISÃO NORMATIVA TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	SECTI – SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DOU – DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO	SGEC – SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DE CUSTOS
DVP – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	SIAFI – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
ELO – SISTEMA DE ATENDIMENTO AO ELETOR	SIC – SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO
ENTIC-JUD – ESTRATÉGIA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	SIGEC – SISTEMA DE REGISTRO DE IMÓVEIS E GERENCIAMENTO DE CUSTOS
ETC – ET CETERA	SPIUNET – SISTEMA DE GESTÃO DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO
ETIR – EQUIPE DE TRATAMENTO E RESPOSTA A INCIDENTES EM REDES COMPUTACIONAIS	SPU – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO
FC – FUNÇÃO COMISIONADA	STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS	STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
IGOVPESSOAS – ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE PESSOAS	STN – SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
IGOVTI – ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
IN – INSTRUÇÃO NORMATIVA	TI – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
INFODIP – SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE DIREITOS POLÍTICOS	TIC – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
IPLENO – SISTEMA DE GESTÃO DO PLENÔ DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ	TJPR – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
LAI – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	TRE-PR – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	TRF 4ª R – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 4ª REGIÃO
LRF – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
MCASP – MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO	UNB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
MPE – MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	VOIP – VOICE OVER INTERNET PROTOCOL
MPOG – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO	ZE – ZONA ELEITORAL
NBC TSP – NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE TÉCNICAS DO SETOR PÚBLICO	ZES – ZONAS ELEITORAIS
NBCT – NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE	



Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná



VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



Composição da Justiça Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral
 Tribunais Regionais Eleitorais
 Juízes Eleitorais
 Juntas Eleitorais

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) é um órgão público federal, pertencente a um ramo especializado do Poder Judiciário (Justiça Eleitoral). Sua principal finalidade é organizar e realizar eleições, referendos e plebiscitos no Estado do Paraná, garantindo aos candidatos e eleitores o pleno exercício dos direitos políticos.

Além da sede do Tribunal, localizada na capital do Estado, a Justiça Eleitoral do Paraná conta com 186 Zonas Eleitorais, distribuídas em 158 municípios. Cada Zona Eleitoral é responsável pelo atendimento de 01 ou mais Municípios. Informações sobre as Zonas Eleitorais podem ser obtidas em <http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais-tre-pr>.

As principais normas reguladoras da atuação do TRE-PR são o Regimento Interno do Tribunal (Resolução TRE-PR nº 792/2017, alterada pelas Resoluções TRE-PR nº 808/2018 e 846/2019), o Regulamento da Secretaria (Resolução TRE-PR nº 829/2019) e o Código de Normas (Provimento CRE/PR nº 02/2018): <http://www.tre-pr.jus.br/legislacao>. No exercício de suas atividades, o TRE-PR ainda observa normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

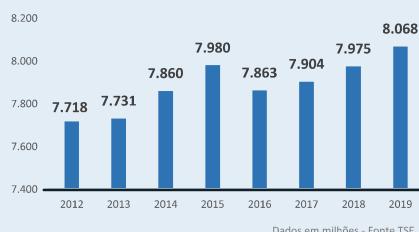
Missão Institucional	Visão Institucional	Valores
Garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia.	Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança, em todas as suas atividades.	Ética – Valorização das Pessoas – Integração – Cidadania – Comprometimento – Sustentabilidade e Acessibilidade – Economicidade – Transparência – Celeridade – Confiabilidade – Inovação – Coerência
Principais Destinatários	Principais Atividades	
<ul style="list-style-type: none"> ■ Eleitores: 8.068.329 eleitores – o que corresponde a 5,456% de todo eleitorado nacional –, sendo o sexto Estado em número de eleitores no país: http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/quantitativo-do-eleitorado ■ Partidos Políticos: 29 órgãos estaduais vigentes registrados perante o TRE-PR (08 provisórios e 21 definitivo) e 3.859 órgãos municipais vigentes (3.306 provisórios, 550 definitivos e 03 comissões interventoras). ■ Advogados: 7.233 ações judiciais distribuídas no exercício, sendo 5.956 em 1º grau e 1.277 em 2º grau. ■ Estudantes: 81.763 alunos atendidos pelos projetos da Escola Judiciária Eleitoral. 		

Os gráficos abaixo trazem o histórico da Justiça Eleitoral Paranaense, desde o ano de 2012 relativo à evolução do eleitorado, quantidade de Zonas e Seções Eleitorais, locais de votação, mesários convocados nas últimas 4 eleições, quantidade de magistrados, força de trabalho e despesa total da instituição.

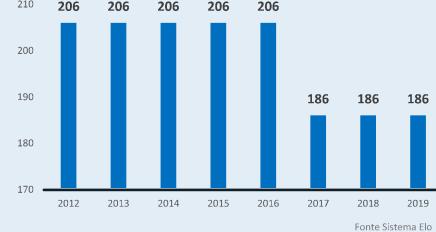
Ainda que o eleitorado tenha permanecido relativamente estável, a quantidade de Zonas Eleitorais foi reduzida em 2017. O número de Seções Eleitorais aumentou, porém, a quantidade de locais de votação foi reduzida, o que demonstra que o TRE-PR tem buscado aperfeiçoar a condução dos trabalhos eleitorais, concentrando várias seções em um mesmo local, o que facilita a fiscalização das eleições. O número de mesários convocados varia consideravelmente a cada biênio, pois nas Eleições Municipais somente se realiza segundo turno nas localidades que possuem mais de 200.000 eleitores.

A quantidade de magistrados foi reduzida no ano de 2017 em razão da extinção de 20 Zonas Eleitorais, realizada para atendimento de determinação do TSE. Cabe observar, por fim, que no gráfico relativo a força de trabalho, foram computados dados relativos aos servidores efetivos, cedidos a favor do órgão, requisitados, estagiários e terceirizados.

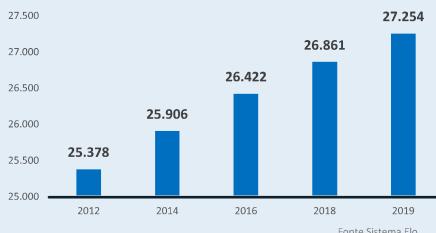
Evolução do Eleitorado



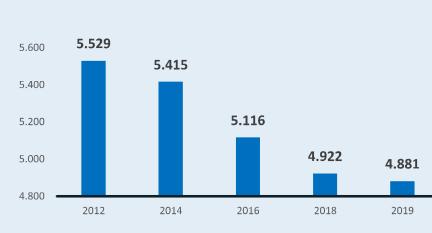
Zonas Eleitorais

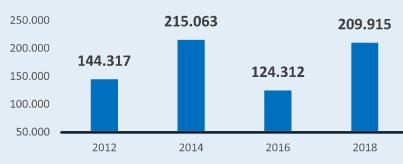
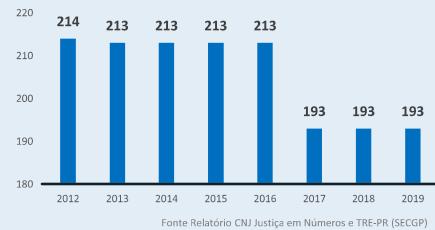
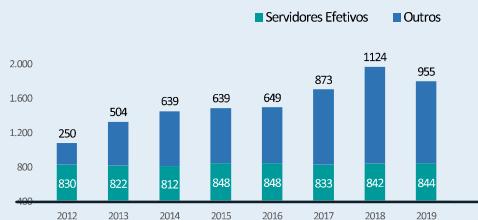


Seções Eleitorais

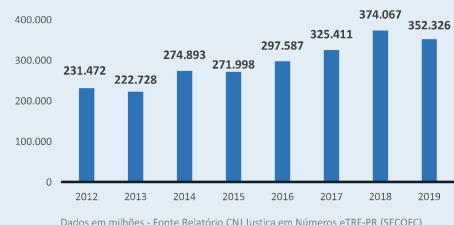


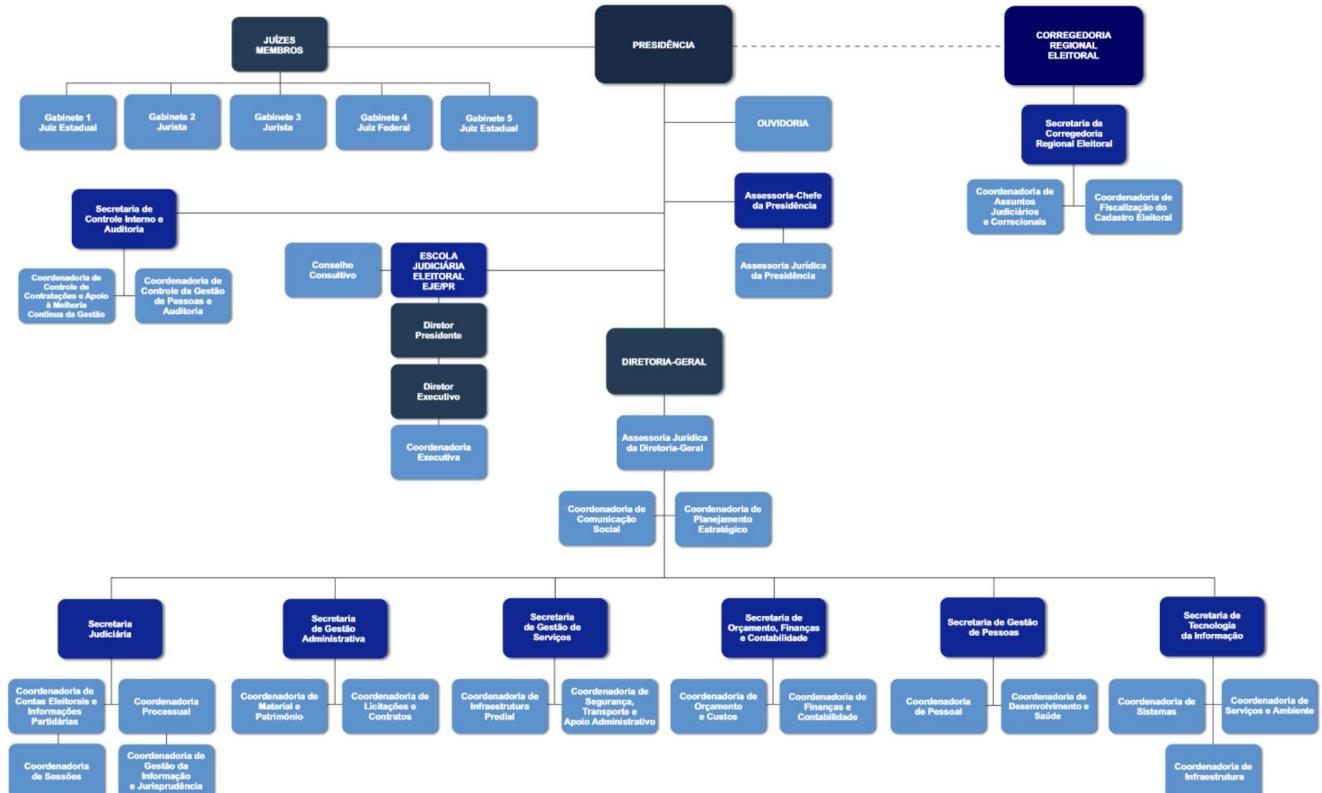
Locais de Votação



Mesários Convocados (1º Turno + 2º Turno)**Magistrados****Força de Trabalho**

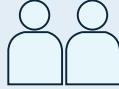
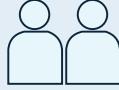
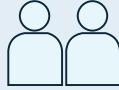
Fonte Relatório CNI Justiça em Números e TRE-PR (SECGP)

Despesa Total



**ORGANOGRAMA DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ - Resolução nº 823/2019**

Organograma completo: http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/conheca-o-tre-pr/arquivos/tre-pr-organograma-resolucao-828-de-2019/rybena_pdf?file=http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/conheca-o-tre-pr/arquivos/tre-pr-organograma-resolucao-828-de-2019/at_download/file

Alta Administração	
É formada pela Presidência, Vice-Presidência (Corregedoria Regional Eleitoral) e Diretoria-Geral.	
Presidência e Vice-Presidência	Diretoria-Geral
São exercidas por Desembargadores, indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e eleitos pelos Juízes do TRE-PR, em até 60 (sessenta) dias, antes do término dos mandatos vigentes. Ao Vice-Presidente compete exercer, cumulativamente, as funções de Corregedor.	Tratando-se de cargo em comissão, a nomeação compete ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
Colegiado	
 <p>A Corte dos Tribunais Regionais Eleitorais é composta por 07 (sete) integrantes, conforme dispõe o art. 120, parágrafo 1º da Constituição Federal, sendo:</p>	 <p>02 (dois) juízes, escolhidos dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça.</p>  <p>02 (dois) juízes, escolhidos dentre juízes de direito pelo Tribunal de Justiça.</p>  <p>01 (um) juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo.</p>  <p>02 (dois) juízes, nomeados pelo Presidente da República, dentre 06 (seis) advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.</p>

**DESEMBARGADOR LUIZ TARO OYAMA - Presidente 01/02/18 a 31/01/19**

Ingressou na magistratura após concurso para juiz substituto, sendo nomeado em 29/12/86 para a comarca de Laranjeiras do Sul. Exerceu a mesma função em Castro. Nomeado juiz de direito no dia 20/12/88, judicou e exerceu a função de juiz eleitoral nas comarcas de Capitão Leônidas Marques, Goioerê, Cascavel e Curitiba. Foi promovido ao cargo de desembargador do TJPR em 17/11/08. Atuou como desembargador substituto no TRE-PR no período de 28/04/15 a 31/01/17 e também como vice-presidente e corregedor regional eleitoral no período de 01/02/17 a 31/01/18. Em 01/02/18 foi nomeado presidente da instituição, tendo exercido o cargo até 31/01/19.

**SÉRGIO LUIZ MARANHÃO RITZMANN - Diretor-Geral de 01/01/19 a 04/02/19**

Ingressou no TRE-PR em 01/06/88. Bacharel em direito, exerceu as funções de assessor da presidência, assessor chefe da presidência, secretário da presidência e secretário de gestão de pessoas. No período de 01/08/18 a 04/02/19 foi diretor-geral do Tribunal.

**DESEMBARGADOR GILBERTO FERREIRA - Presidente de 01/02/19 a 31/01/20 - Vice-Presidente de 01/02/18 a 31/01/19**

Ingressou na magistratura por concurso público em 1984, quando atuou como juiz substituto na comarca de Jacarezinho. Foi titular das comarcas de São Jerônimo da Serra, Ribeirão Claro, União da Vitória, Paranaguá e Curitiba, até ser promovido a juiz substituto em 2º grau, atuando na 3ª Câmara Criminal do TJPR. Exerceu a função de juiz eleitoral em todas comarcas em que foi titular – exceto União da Vitória – e também perante o TRE-PR no período de 23/05/07 a 23/05/09. Tomou posse no cargo de desembargador do TJPR no dia 03/12/13. Em 01/02/18 foi nomeado vice-presidente e corregedor do TRE-PR sendo, em 01/02/19, nomeado presidente da Corte Eleitoral. Exerceu o cargo até 31/01/20.

**DESEMBARGADOR TITO CAMPOS DE PAULA - Vice-Presidente 01/02/19 a 31/01/20**

Ingressou na carreira da magistratura do Paraná em 1989, tendo exercido suas funções nas seguintes comarcas: Medianeira (seção judiciária); Coronel Vivida, Ribeirão Claro, Pitanga, Foz do Iguaçu e Curitiba. Em maio de 2004 foi removido para o cargo de juiz de direito substituto de 2º Grau, tendo atuado principalmente junto à 4ª Câmara Criminal do TJPR. Exerceu a função de juiz eleitoral em todas comarcas em que foi titular, exceto Foz do Iguaçu. No dia 15 de março de 2013, tomou posse como desembargador do Tribunal de Justiça. No período de 18/04/17 a 31/01/19 atuou como desembargador substituto no TRE-PR. Entre 01/02/19 e 31/01/20 exerceu nesta justiça especializada as funções de vice-presidente e corregedor regional eleitoral.

**VALCIR MOMBACH - Diretor-Geral desde 05/02/19**

Graduado em direito e servidor do TRE-PR desde 05/02/90, exerceu as funções de assessor da diretoria-geral, secretário de planejamento, estratégia e gestão, e ainda, secretário de orçamento, finanças e contabilidade. Em 05/02/19 foi nomeado diretor-geral da instituição.

Composição do TRE/PR - 2019

Nome	Cargo	Período	Origem
Desembargador Luiz Taro Oyama	Presidente	01/01/2019 - 31/01/2019	TJPR
Desembargador Gilberto Ferreira	Presidente	01/02/2019 - 31/12/2019	
	Vice-Presidente e Corregedor	01/01/2019 - 31/01/2019	TJPR
	Vice-Presidente e Corregedor	01/02/2019 - 31/12/2019	
Desembargador Tito Campos de Paula	Desembargador Substituto	01/02/2019 - 31/01/2019	TJPR
Desembargador Laertes Ferreira Gomes	Desembargador Substituto	01/01/2019 - 03/09/2019	TJPR
Desembargador Roberto Antônio Massaro	Desembargador Substituto	09/04/2019 - 31/12/2019	TJPR
Desembargador Fernando Ferreira de Moraes	Desembargador Substituto	28/10/2019 - 31/12/2019	TJPR
Doutor Antônio Franco Ferreira da Costa Neto	Juiz de Direito Efetivo	01/01/2019 - 11/06/2019	TJPR
Doutor Pedro Luís Sanson Corat	Juiz de Direito Efetivo	01/01/2019 - 18/05/2019	TJPR
Doutor Rogério de Assis	Juiz de Direito Efetivo	03/06/2019 - 31/12/2019	TJPR
Doutor Carlos Alberto Costa Ritzmann	Juiz de Direito Efetivo	12/06/2019 - 31/12/2019	TJPR
Doutor João Manassés de Albuquerque Filho	Juiz de Direito Substituto	01/01/2019 - 31/01/2019	TJPR
Doutor Ricardo Augusto Reis de Macedo	Juiz de Direito Substituto	01/01/2019 - 31/01/2019	TJPR
Doutor Marcos Vinicius da Rocha Loures Demchuk	Juiz de Direito Substituto	09/04/2019 - 31/12/2019	TJPR
Doutor Tiago Gagliano Pinto Alberto	Juiz de Direito Substituto	09/04/2019 - 31/12/2019	TJPR
Doutor Márcio Tadeu Brunetta	Juiz de Direito Substituto	02/12/2019 - 31/12/2019	TJPR
Doutor Jean Carlo Leeck	Classe de Advogado Efetivo	01/01/2019 - 07/11/2019	-
Doutor Paulo Afonso da Motta Ribeiro	Classe de Advogado Efetivo	01/01/2019 - 25/05/2019	-
Doutor Thiago Paiva dos Santos	Classe de Advogado Efetivo	02/12/2019 - 31/12/2019	-
Doutora Graciâne Aparecida do Valle Lemos	Classe de Advogado Substituto	01/01/2019 - 11/09/2019	-
Doutor Roberto Ribas Tavarnaro	Classe de Advogado Substituto	01/01/2019 - 31/12/2019	-
Desembargador Luiz Fernando Wowk Penteado	Juiz Federal Efetivo	01/01/2019 - 31/12/2019	TRF 4 ^a R
Desembargador Fernando Quadros da Silva	Juiz Federal Substituto	01/01/2019 - 31/12/2019	TRF 4 ^a R
Doutora Eloisa Helena Machado	Procuradora Efetivo	01/01/2019 - 31/12/2019	PGR
Doutor Alessandro José Fernandes de Oliveira	Procurador Substituto	01/01/2019 - 01/10/2019	PGR
Doutora Monica Dorotea Bora	Procuradora Substituta	01/10/2019 - 31/12/2019	PGR
Doutor Sérgio Luiz Maranhão Ritzmann	Diretor-Geral	01/01/2019 - 31/01/2019	TRE-PR
Doutor Valcir Mombach	Diretor-Geral	05/02/2019 - 31/12/2019	TRE-PR

O **MODELO DE NEGÓCIOS** do TRE-PR foi estabelecido a partir de quatro eixos de atuação, essenciais para o cumprimento de sua missão institucional.

	Cadastramento Eleitoral	Agrupamento de processos de trabalho relacionados à realização de operações de regularização de situação do eleitor, à administração e manutenção do cadastro eleitoral, ao sistema de alistamento eleitoral e à revisão do eleitorado.
	Processo Eleitoral	Agrupamento de processos de trabalho relacionados ao planejamento, execução e monitoramento do processo eleitoral, à realização do sufrágio universal, à logística para votação e apuração, ao registro de candidaturas, à convocação de auxiliares, às contratações, à preparação de urnas eletrônicas e locais de votação, ao acompanhamento da votação, à totalização, à divulgação de resultados, à prestação de contas, à diplomação e aos procedimentos de auditoria nas urnas eletrônicas e segurança do processo eleitoral.
	Judicância	Agrupamento de processos de trabalho relacionados ao processamento e julgamento dos feitos judiciais, inclusive aqueles relacionados ao processo eleitoral e à publicação das decisões do Tribunal.
	Relacionamento com a Sociedade	Agrupamento de processos de trabalho que contribuem para a conscientização política e para o aperfeiçoamento da democracia, relacionados à formação da cidadania, educação, capacitação, treinamento de auxiliares, orientação e realização de eleições.

A **CADEIA DE VALOR** apresenta os macroprocessos de trabalho executados pela instituição que viabilizam as entregas à sociedade e, consequentemente, o cumprimento da sua missão institucional. Estes macroprocessos foram categorizados em 03 (três) perspectivas:

PROCESSOS DE GOVERNANÇA	PROCESSOS FINALÍSTICOS	PROCESSO DE SUPORTE
<p>Direcionamento Monitoramento Avaliação</p> <p>Mecanismos de liderança, estratégia e controle utilizados com o intuito de direcionar, monitorar e avaliar a atuação da gestão, visando à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. (Ex. governança, gestão estratégica, planejamento das eleições, gestão de riscos e controles internos, auditoria interna, correções e inspeções).</p>	<p>Gestão do cadastro eleitoral Eleições Prestação Jurisdicional Educação e Cidadania</p> <p>Atividades essenciais para o cumprimento da missão institucional. Representam os serviços ou valores entregues ao cliente externo e recebem apoio de processos internos.</p>	<p>Gestão administrativa Gestão de serviços Gestão orçamentária, contábil e financeira Gestão de pessoas Gestão da Tecnologia da informação</p> <p>Asseguram a infraestrutura necessária para realização das atividades do órgão e prestam suporte aos processos principais e aos gerenciais.</p>

Relação com Ambiente Externo e a Sociedade

O TRE-PR é diretamente subordinado ao Tribunal Superior Eleitoral, que estabelece as diretrizes a serem observadas por todos os órgãos pertencentes à Justiça Eleitoral brasileira. Sua atuação ainda é influenciada pelo Conselho Nacional de Justiça, instituição a qual compete o controle da atuação administrativa e financeira de todo o Poder Judiciário, principalmente no que diz respeito à transparência administrativa e processual.

Mecanismos de Transparência	Ranking da Transparência do Poder Judiciário
<p>Com o intuito de disponibilizar à sociedade informações sobre sua atuação, o Tribunal mantém atualizado o Portal da Transparência, instrumento por meio do qual podem ser acessados o Serviço de Informação ao Cidadão e dados sobre: auditoria e prestação de contas anual, gestão das aquisições e contratações, gestão de pessoas, gestão da tecnologia da informação, gestão orçamentária, financeira e fiscal, gestão patrimonial, gestão socioambiental, governança, planejamento estratégico e relatórios CNJ (http://www.tre-pr.jus.br/transparencia).</p> <p>Com o objetivo de ampliar a publicidade das decisões proferidas pela Corte, em 2019 o TRE-PR passou a disponibilizar os julgamentos, ao vivo, por meio do canal YouTube e instituiu a Rádio Eleitoral para Todos como canal oficial para divulgação de informações sobre a atuação do Tribunal e serviços prestados à sociedade.</p> <p>Saiba mais em: https://www.youtube.com/user/treparana</p>	<p>Instituído pela Resolução CNJ nº 260/2018, é realizado anualmente e busca valorizar os Tribunais e Conselhos que mais se destacaram no fornecimento de informações claras e organizadas.</p> <p>Em 2019 o TRE-PR cumpriu 84,43% dos itens analisados, relativos à transparência ativa e passiva, ocupando a 28º posição entre os 93 Tribunais e Conselhos analisados. Houve um considerável avanço em relação à 2018, ano em que o Tribunal ocupou a 45ª posição do ranking.</p> <p>Saiba mais em: https://www.cnj.jus.br/ranking-da-transparencia-2019/</p>

Relacionamento com a Sociedade		
A comunicação direta entre o usuário-cidadão (eleitor) e o Tribunal é realizada pela Coordenadoria de Comunicação Social e pela Ouvidoria. Entre os principais canais de comunicação pode-se citar:		
<p>Atendimento Pessoal: na capital e em todas as Zonas Eleitorais do interior, das 12 às 19h.</p> <p>Realizado, presencialmente, via telefone, e-mail, carta ou formulário eletrônico.</p> <p>Saiba mais em http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/ouvidoria/ouvidoria</p> <p>Capital: Rua João Parolin, 55 e 224 - Prado Velho - Curitiba (PR)</p> <p>Interior: endereço disponível em http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais-tre-pr</p> <p>Telefone: (41) 3330-8500</p>	<p>Internet: http://www.tre-pr.jus.br/</p> <p>Facebook: https://www.facebook.com/treparana/</p> <p>YouTube: https://www.youtube.com/treparana</p> <p>Instagram: http://www.instagram@treparana</p> <p>Radio Eleitoral: www.spotify.com/trepr</p> <p>Flicker: https://www.flickr.com/photos/tre-pr/</p>	<p>Ouvidoria</p> <p>Localizada na rua João Parolin 224, sendo o atendimento realizado das 12 às 19h.</p> <p>Telefone: (41) 3330-8844 e (41) 3330-8474</p> <p>Internet: http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/ouvidoria/ouvidoria-tre-pr</p> <p>Endereço eletrônico: ouvidoria@tre-pr.jus.br</p>

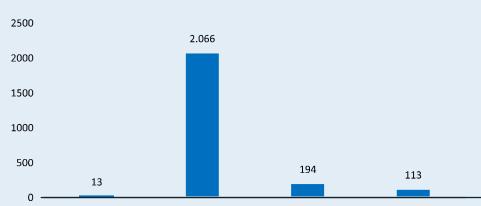
Relacionamento com a Sociedade

Fale com a Ouvidoria: Disponível em <http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/ouvidoria/fale-com-a-ouvidoria-1/fale-com-a-ouvidoria> permite ao eleitor solicitar informações por meio de formulário específico, sendo possível direcionar a solicitação a diversas unidades do Tribunal.

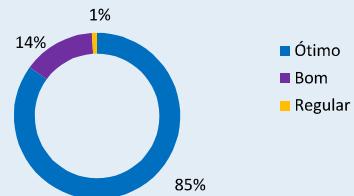
Canal do Mesário: Ferramenta direcionada aos mesários na qual são disponibilizadas informações sobre procedimentos para inscrição como mesário voluntário, vantagens e atribuições, treinamento e dúvidas frequentes. Saiba mais em: <http://www.tre-pr.jus.br/eleitor/mesario-voluntario/canal-do-mesario>.

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão: Em cumprimento à Lei de Acesso à Informação, regulamentada no Poder Judiciário pela Resolução CNJ nº 215/2015, a página possibilita o acesso às informações públicas disponibilizadas pelo TRE-PR. O objetivo do Tribunal é manter a sociedade informada, além de fomentar o desenvolvimento da cultura da transparência e do controle social na Administração Pública. Saiba mais: <http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/acesso-a-informacao/servico-de-informacoes-ao-cidadao-sic>

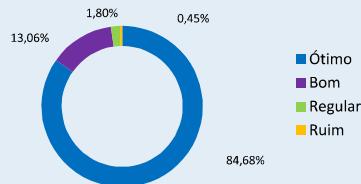
Atendimentos



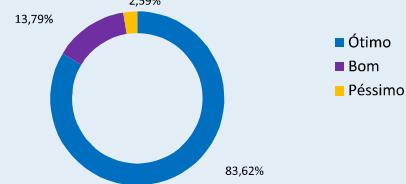
Atendimento



Interesse do Servidor



Agilidade



Medidas de Acessibilidade

 **Comissão Permanente de
Acessibilidade e Inclusão**
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

O TRE-PR, conforme Portaria nº 460/2018, publicada no DJE nº 097, de 05/06/2018, constituiu a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, a qual tem como objetivo promover a igualdade e coibir qualquer forma de discriminação por motivo de deficiência, realizando, para tanto, todas as medidas necessárias para eliminar e prevenir quaisquer barreiras ao acesso à Justiça Eleitoral.

As atividades da Comissão são presididas por um Juiz Eleitoral e se relacionam aos objetivos estratégicos Fomentar a Aproximação da Justiça Eleitoral com a Sociedade e Incentivar a Adoção de Práticas Sustentáveis e de Acessibilidade.

Em 2019 se destacaram as seguintes ações promovidas pela Comissão: reformulação da comissão, adaptações arquitetônicas de fóruns eleitorais, ações para treinamento e conscientização dos servidores, curso de libras e disponibilização da ferramenta Rybená (solução de acessibilidade que, por meio de tradutor para libras – língua brasileira de sinais – e leitor de voz – possibilita a inclusão digital) na página da internet do Tribunal.

Audiências e Consultas Públicas

Durante o ano de 2019 foram realizadas 07 audiências públicas na Capital e no interior do estado do Paraná, para as quais foram convidados órgãos governamentais e não-governamentais, a população em geral e representantes da sociedade civil, com o objetivo de divulgar os resultados das correições realizadas, os projetos desenvolvidos pela Justiça Eleitoral - especialmente aqueles com impacto na região em que realizada a audiência pública - colher críticas sobre os resultados da Justiça Eleitoral e receber sugestões para aperfeiçoamento do atendimento aos jurisdicionados.

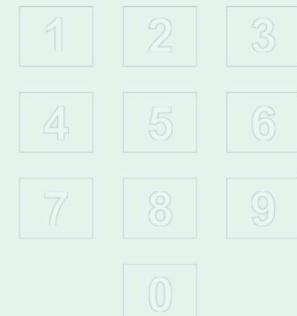
Além das Audiências Públicas, o TRE-PR divulgou Consulta Pública promovida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), direcionada a profissionais da área jurídica e à população em geral, buscando a contribuição da sociedade para definição das Metas da Justiça Eleitoral para 2020. Prevista pela Resolução CNJ nº 221/2016, a pesquisa tem como objetivo tornar o processo de escolha das metas específicas o mais participativo possível.



Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná

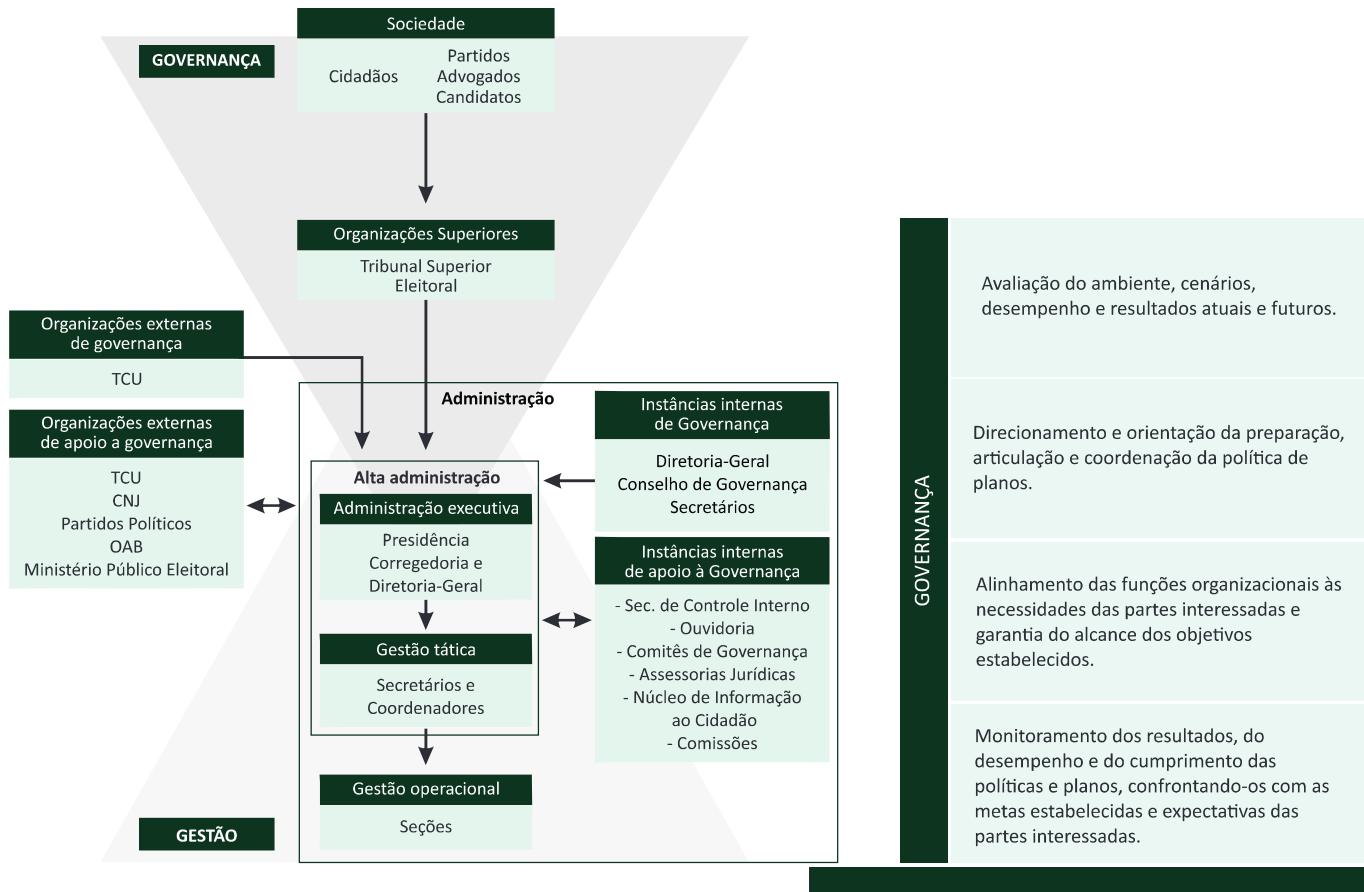


GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



Estrutura de Governança

A governança tem como objetivo estabelecer mecanismos de liderança estratégica e controle, aptos a avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão.



Conforme a Resolução TRE-PR nº 756/2017, adotou-se o modelo descentralizado de governança, estruturado em três níveis: Conselho de Governança, Comitês e Comissões.

Conselho de Governança	Comitês	Comissões
<p>Integrado pelo Presidente do Tribunal, Vice-Presidente, Diretor-Geral, Secretários, Coordenadora de Planejamento Estratégico, Juiz Diretor do Fórum de Curitiba e Assessor-Chefe da Presidência.</p> <p>Realiza reuniões ordinárias e de análise estratégica (RAEs) trimestralmente e, se convocadas pelo Presidente, reuniões extraordinárias. As reuniões são destinadas ao acompanhamento das metas e à análise da estratégia da organização, inclusive políticas organizacionais, projetos institucionais, processos organizacionais, resultados institucionais, controles internos administrativos, entre outros.</p>	<p>Aos Comitês compete, entre outros, manifestar-se sobre projetos e ações na sua área de atuação, subsidiando as deliberações do Conselho; propor ao Conselho metas e diretrizes gerais da gestão; monitorar o cumprimento das metas de desempenho e estabelecer metas setoriais de desempenho; e identificar os riscos inerentes às atividades que lhe são afetas, entre outros. Possuem composição multidisciplinar.</p>	<p>São responsáveis pela análise de temas específicos, de caráter permanente ou transitório, que não se enquadram nas competências dos Comitês.</p>

As deliberações são tomadas pelo Conselho de Governança, pelo voto da maioria dos seus membros, com voto de qualidade do Presidente em caso de empate. O titular da Secretaria de Controle Interno, ainda que possa se manifestar nas reuniões, não tem direito a voto.

Os Comitês, instituídos pela própria Resolução, são os seguintes: Comitê de Gestão Estratégica e Plano de Logística Sustentável, Comitê de Gestão Orçamentária e das Contratações, Comitê de Gestão Judiciária, Comitê de Gestão de Pessoas, Comitê de Gestão de Riscos, Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação e Comitê de Gestão da Infraestrutura.

Não há previsão taxativa quanto às Comissões na Resolução TRE-PR nº 756/2017, instituídas de forma permanente ou provisória, quando os Comitês consideram necessário. Como exemplo de Comissão pode-se citar: Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TRE-PR, Comissão de Gestão da Implantação e Fiscalização da Obra da Usina Fotovoltaica, Comissão Permanente de Arborização, Comissão Permanente de Licitação, Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, Comissão de Estudos para Implementação do Projeto Mulheres na Política – 2020 e Comissão de Segurança da Informação.

Saiba mais sobre governança em <http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/governanca/conselho-de-governanca>.



Saiba mais em:
<http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico>
<http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/planejamento-estrategico/plano-de-gestao/plano-de-gestao>

A Justiça Eleitoral Paranaense tem como principais objetivos ser reconhecida pela eficiência e celeridade na prestação de serviços à sociedade, bem como garantir a legitimidade e a segurança do processo eleitoral, conferindo transparência às atividades promovidas e aos resultados obtidos. Nesse aspecto, os objetivos estratégicos possuem grande relevância, pois definem as diretrizes que orientarão a atuação da instituição. Com o intuito de promover o alinhamento ao planejamento estratégico do TSE, revisado em 2018, os objetivos estratégicos e indicadores do TRE-PR foram reavaliados.

O processo de revisão foi desenvolvido em consonância com o modelo proposto pelo TSE e submetido à aprovação da Corte Eleitoral. Os integrantes Conselho de Governança participaram ativamente do processo, auxiliando na construção do Planejamento Estratégico e das metas a serem atingidas. Aprovado pela Resolução TRE-PR nº 826/2019, o planejamento estratégico do Tribunal para o período de 2019-2021, prevê 10 objetivos estratégicos e 18 indicadores. O Plano de Logística Sustentável e Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, complementam o planejamento estratégico.

Além da revisão do planejamento estratégico foram aprovados, no exercício de 2019, o plano de gestão para o período de 2019-2020 (Portaria TRE-PR nº 206/2019) e o plano de ação para cumprimento da Meta Específica CNJ nº 02 de 2019. Construído a partir de sugestões dos membros do Conselho de Governança, visando nortear a atuação da instituição, o plano de gestão contempla 25 ações, todas relacionadas aos objetivos previstos na Resolução TRE-PR nº 826/2019. Já o plano de ação 2019 - Meta Específica nº 2, estabelece ações a serem executadas pelo Tribunal para ampliar o conhecimento dos eleitores sobre o funcionamento do processo eleitoral.



Visão	Valores	Missão
Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança, em todas as suas atividades.	Ética Valorização das pessoas Integração Cidadania Comprometimento Sustentabilidade e Acessibilidade Economicidade Transparência Celeridade Confiabilidade Inovação Coerência	Garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		
PROCESSOS INTERNOS		
<ul style="list-style-type: none"> ■ Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral ■ Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional ■ Fomentar a aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade 		
SOCIEDADE		
<ul style="list-style-type: none"> ■ Aprimorar os mecanismos de transparência ■ Aprimorar a gestão de processos organizacionais ■ Incentivar a adoção de práticas sustentáveis e de acessibilidade 		
PESSOAS E RECURSOS		
<ul style="list-style-type: none"> ■ Aperfeiçoar o desenvolvimento pessoal e técnico de servidores e colaboradores e promover a saúde e o bem estar do trabalho ■ Aprimorar a gestão da execução orçamentária e financeira ■ Garantir a eficiência na prestação dos serviços de tecnologia da informação e comunicação ■ Aperfeiçoamento da segurança institucional 		

OE1 - Fortalecimento da segurança do processo eleitoral

Visa garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria dos processos de trabalho.

OE2 - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedural na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

OE3 - Fomentar a aproximação da Justiça Eleitoral com a Sociedade

Refere-se à adoção de práticas de educação eleitoral, de fomento à participação e inclusão da sociedade em ações do Tribunal e de ampla divulgação de informações sobre todas as etapas relacionadas ao processo eleitoral.

OE4 - Aprimorar os mecanismos de transparência

Refere-se a fortalecer a credibilidade institucional, prestando informações coerentes, precisas e acessíveis a todos os interessados.

OE5 - Aprimorar a gestão de processos organizacionais

Refere-se à implementação e ao acompanhamento de melhorias adotadas nos processos de trabalho críticos da organização.

OE6 - Incentivar a adoção de práticas sustentáveis e de acessibilidade

Refere-se à implementação de ações que promovam comportamentos e práticas sustentáveis no âmbito da instituição, além da implementação e manutenção de critérios e ações de acessibilidade para o ambiente do TSE e seus produtos e serviços.

OE7 - Aperfeiçoar o desenvolvimento pessoal e técnico de servidores e colaboradores e promover a saúde e o bem estar no trabalho

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotadas na gestão de comportamentos internos com o objetivo de desenvolver e valorizar o corpo funcional. Considera programas, projetos e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos profissionais que integram a organização, à humanização nas relações de trabalho, ao desenvolvimento de práticas de incentivo, à modernização das carreiras, à adequada distribuição da força de trabalho, e à prática de ações voltadas a promoção da saúde e o bem estar no trabalho.

OE8 - Aprimorar a gestão da execução orçamentária e financeira

Refere-se ao alcance da eficiência na gestão orçamentária e financeira, com foco na economicidade da aplicação das necessidades de custeio, investimento e pessoal. Envolve o estabelecimento da cultura de redução do desperdício de recursos públicos e o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades essenciais e prioritárias do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

OE9 - Garantir a eficiência na prestação dos serviços de tecnologia da informação e comunicação

Refere-se à adoção de práticas inovadoras e diversificadas para garantir a aplicação eficiente e racional dos recursos, no intuito de produzir soluções tecnológicas eficazes, aplicáveis aos sistemas corporativos e aos eleitorais.

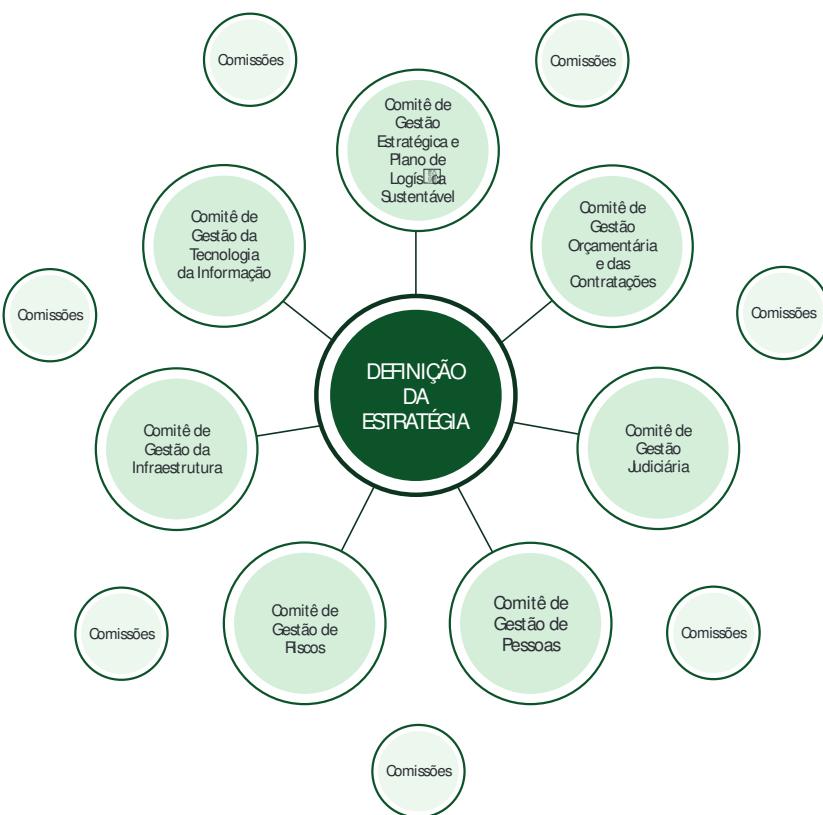
OE10 - Aperfeiçoamento da segurança institucional

Visa identificar o grau de risco atribuído a cada Fórum Eleitoral, considerando os investimentos em cada unidade com o objetivo de manter a segurança da força de trabalho (servidores, magistrados, requisitados e estagiários), bem como dos bens diretamente relacionados às atividades fim (urnas eletrônicas e processos físicos).

No ano de 2019 foi aprovado o Plano de Gestão para o período de 2019-2020 (Portaria TRE-PR nº 206/2019), o qual contempla 25 ações a serem realizadas para cumprimento dos objetivos previstos no planejamento estratégico.

Ação 01	Ação 09	Ação 17
Estruturar o Projeto Eleições 2020	Adequações de Acessibilidade dos Imóveis	Proposta de Norma Relativa ao Planejamento das Contratações do TRE
Ação 02	Ação 10	Ação 18
Ampliar o Recadastramento Biométrico e Revisão do Eleitorado	Implantação de Sistema de Manutenção Predial	Implementar o Plano Anual de Capacitação Com Ênfase em Resultados
Ação 03	Ação 11	Ação 19
Realizar Eleições Suplementares	Ampliar a Comunicação por Voip	Divulgar a Segurança do Voto Eletrônico nas Escolas
Ação 04	Ação 12	Ação 20
Implantar o Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico) no 1º Grau	Projeto de Eficientização Energética – Modernização e Redução de Custos com Energia Elétrica	Campanha de Saúde do Servidor
Ação 05	Ação 13	Ação 21
Ampliar a Formação à distância	Projeto para Elaboração do Plano de Segurança da Justiça Eleitoral	Valorização dos Servidores Aposentados
Ação 06	Ação 14	Ação 22
Plano de Obras 2020/2021	Segurança dos Fóruns Eleitorais	Aprimorar os Controles e Fiscalização de Banco de Horas do Servidor
Ação 07	Ação 15	Ação 23
Construir um Parque Gerador de Energia Fotovoltaica	Projeto de Redução de Custos com Serviços de Transporte	Provimento de 20 Cargos nas Zonas Eleitorais do Interior do Estado
Ação 08	Ação 16	Ação 24
Construir o Fórum Eleitoral de Ribeirão Claro	Projeto Para Redução de Custos das Contratações Continuadas	Projeto de Arborização
		Ação 25
		Projeto Gestão Participativa – Ação 2019 Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos

Saiba mais em <http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/planejamento-estrategico/plano-de-gestao/plano-de-gestao>



A execução das ações previstas no Plano de Gestão e a mensuração dos indicadores previstos no Planejamento Estratégico foram acompanhadas pela Coordenadoria de Planejamento Estratégico e apresentadas ao Conselho de Governança nas Reuniões de Análise da Estratégia. Nessa ocasião, as unidades do Tribunal tiveram a oportunidade de justificar os resultados obtidos e as metas não atingidas.

A Diretoria-Geral, em 2019, promoveu Reuniões de Gestão semanais das quais participaram todos os Secretários do Tribunal ou seus substitutos. Em algumas ocasiões, de acordo com os temas debatidos, foram convidados representantes de unidades específicas. As reuniões tiveram como objetivo acompanhar a execução dos projetos, bem como avaliar os problemas de forma integrada e propor soluções a fim de superar as dificuldades que, durante o exercício, se impuseram ao cumprimento dos objetivos estratégicos.

Os Comitês, dentro da sua área atuação, foram responsáveis por viabilizar a implementação das ações cuja execução foi determinada pela alta direção, como também por avaliar as medidas necessárias, as dificuldades existentes e os riscos envolvidos. Dessa maneira, subsidiaram as decisões do Conselho relativas a questões estratégicas para a implementação.

As Comissões, por sua vez, competiam a análise de temas específicos, relativos a questões afetas ao Comitê ao qual estão vinculadas.

Os objetivos estratégicos foram definidos a partir de questões necessárias para o cumprimento da missão institucional do TRE-PR. Dessa forma, não se exaurem em um único exercício, devendo ser perseguidos constantemente. Para mensurar os avanços realizados no período de 2019-2021, foram estabelecidos 18 indicadores e definidas metas anuais a serem atingidas. As metas estabelecidas foram atingidas em 16 indicadores.

OE1 - Fortalecimento da segurança do processo eleitoral	OE6 - Incentivar a adoção de práticas sustentáveis e de acessibilidade
<p>Indicador nº 1 - Percentual de eleitores com cadastro biométrico Meta: conduzir a revisão de eleitorado no Estado Resultado: revisão concluída com 97,99% do eleitorado cadastrado biométricamente</p> <p>Indicador nº 2 - Aprimorar a Gestão da Segurança da Informação Meta: implementar mais 10 controles Resultado: 10 controles implementados</p>	<p>Indicador nº 11 - Índice de acompanhamento de sustentabilidade Meta: alcançar as metas estabelecidas em 5 dos indicadores de 13 previstos no Plano de Logística Sustentável (38,46% do total) Resultado: alcançada a meta em 5 indicadores.</p> <p>Indicador nº 12 - Índice de contratações e aquisições com critérios de Sustentabilidade Meta: alcançar 75% do índice de contratações e aquisições com critério de sustentabilidade. Resultado: índice mensurado em 79,71%</p>
OE2 - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	OE7 - Aperfeiçoar o desenvolvimento pessoal e técnico de servidores e colaboradores e promover a saúde e o bem estar no trabalho
<p>Indicador nº 3 - Capacitação de magistrados em Direito Eleitoral Meta: capacitar 50% do total de Juízes Eleitorais de 1º Grau Resultado: 104 (56%) Juízes Eleitorais capacitados</p> <p>Indicador nº 4 - Índice de Zonas Eleitorais corrigidas e/ou inspecionadas pela Corregedoria (presencial ou à distância) Meta: 25% - 47ZES Resultado: 110 (59%) Zonas Eleitorais corrigidas e/ou inspecionadas</p> <p>Indicador nº 5 - Implementação integral do P.R.E no 2º grau de jurisdição até dezembro de 2020 Meta: garantir a implementação integral do P.R.E no 2º Grau de Jurisdição mediante acompanhamento das unidades Resultado: concluída a implementação integral do sistema.</p>	<p>Indicador nº 13 - Índice de governança de pessoas (GovPessoas) Meta: aumentar para 50% o índice de governança de pessoas (GovPessoas) Resultado: índice mensurado pela área em 50%</p>
OE3 - Fomentar a aproximação da Justiça Eleitoral com a Sociedade	OE8 - Aprimorar a gestão da execução orçamentária e financeira
<p>Indicador nº 6 - Oferta de ações educacionais à sociedade Meta: aumentar em 5% o número de estudantes atingidos no ano anterior (24.671) com as ações de caráter educativo sobre o exercício da cidadania por meio da participação democrática Resultado: 81.763 estudantes atingidos</p> <p>Indicador nº 7 - Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria Meta: responder aos contatos dirigidos à Ouvidoria no tempo médio de 2 dias Resultado: tempo médio de resposta de 1,14 dias (Ouvidoria) e 3,42 dias (SIC)</p>	<p>Indicador nº 14 - Índice de execução orçamentária das despesas discricionárias Meta: empenhar 95% do valor disponibilizado na LOA para despesas discricionárias até o final de 2019 Resultado: índice mensurado em 99,95%</p> <p>Indicador nº 15 - Índice de Execução Financeira das Despesas Discricionárias Meta: aumentar a execução orçamentária do exercício a 90% até o final de 2019 Resultado: índice mensurado em 94,50%</p> <p>Indicador nº 16 - Índice de Perdas Orçamentárias Meta: diminuir as perdas orçamentárias do exercício a 4% até o final de 2019 Resultado: índice mensurado em 0,42%</p>
OE4 - Aprimorar os mecanismos de transparência	OE9 - Garantir a eficiência na prestação dos serviços de tecnologia da informação e comunicação
<p>Indicador nº 8 - Índice de cumprimento no questionário de avaliação de transparência Meta: atingir 75% do índice de cumprimento no questionário de avaliação da transparência (Resolução CNJ 265/2018) Resultado: índice de cumprimento mensurado em 84,43%</p>	<p>Indicador nº 17 - Índice de governança da TI (GovTI) Meta: aumentar o índice de Governança da TI (GovTI) do exercício a 0,70 até o final de 2019 Resultado: índice mensurado pela área em 60%</p>
OE5 - Aprimorar a gestão de processos organizacionais	OE10 - Aperfeiçoamento da segurança institucional
<p>Indicador nº 9 - Índice de melhorias sugeridas nos processos de trabalho executados nas unidades do Tribunal. Meta: 50% Resultado: meta atingida (1 proposta concluída, 6 em fase de implementação).</p> <p>Indicador nº 10 - Índice de eficiência do planejamento das aquisições e contratações Meta: alcançar 75% de aderência ao Planejamento de Aquisições e Contratações Resultado: índice mensurado em 73%</p>	<p>Indicador nº 18 - Medidas de Segurança do TRE-PR Meta: identificar, de forma sistemática, a eficiência das medidas adotadas na área da segurança institucional, atribuindo medidas eficazes e ajustadas, tendo como meta a eficiência do processo. Resultado: medidas de segurança identificadas.</p>

Dentre as 25 ações estabelecidas para o período de fevereiro 2019 a janeiro de 2020, 22 foram concluídas, 2 foram concluídas parcialmente e 1 não foi executada.

Ação 1: Estruturar o Projeto Eleições 2020	Ação 9: Adequações de Acessibilidade dos Imóveis	Ação 17: Projeto de Norma Relativa ao Planejamento das Contratações do TRE-PR
Estruturado o Projeto Eleições 2020	Promovidas adequações de acessibilidade em 12 Fóruns Eleitorais.	Projeto de norma elaborado e submetido à apreciação superior.
Ação 2: Ampliar o cadastramento biométrico e a revisão do eleitorado	Ação 10: Implantação do Sistema de Manutenção Predial	Ação 18: Implementar o Plano Anual de Capacitação com Ênfase em Resultados
Processo de revisão do eleitorado concluído, contemplando 97,99% dos eleitores paranaenses.	Sistema implementado, permitindo o aperfeiçoamento da gestão dos serviços de manutenção predial.	O Plano Anual de Capacitação elaborado.
Ação 3: Realizar Eleições Suplementares	Ação 11: Ampliar a Comunicação por VOIP	Ação 19: Divulgar a Segurança do Voto Eletrônico nas Escolas
Eleições Suplementares realizadas nos Municípios de Serranópolis do Iguaçu e Piên.	Etapa prevista para o ano de 2019 concluída.	Atingidos 21.725 estudantes.
Ação 4: Implantar o Sistema RE (Processo Judicial Eletrônico) no 1º grau	Ação 12: Projeto de Eficiência Energética Ação	Ação 20: Campanha de Saúde do Servidor
Concluída em setembro/19.	Etapa prevista para o ano de 2019 concluída.	Realizadas diversas campanhas referentes a saúde e adoção de hábitos saudáveis.
Ação 5: Ampliar a Formação à Distância	Ação 13: Projeto para Elaboração do Plano de Segurança da Justiça Eleitoral	Ação 21: Valorização dos Servidores Aposentados
Emitidos 600 certificados de conclusão de curso, por meio de capacitação à distância.	Em andamento (concluída parcialmente).	Realizadas aulas visando orientar os servidores e prepará-los para aposentadoria.
Ação 6: Plano de Obras 2020/2021	Ação 14: Segurança dos fóruns eleitorais	Ação 22: Aprimorar os Controles e Fiscalização de Banco de Horas do Servidor
Não foi elaborado. As obras previstas estão dentro do limite estabelecido - Orientações TSE/SOF nº 2 e 4/2019.	Em andamento (concluída parcialmente).	Implementado método para controle das horas extras prestadas pelos servidores.
Ação 7: Construir um Parque Gerador de Energia Fotovoltaica	Ação 15: Projeto de Redução de Custos com Serviços de Transporte	Ação 23: Provimento de 20 Cargos nas Zonas Eleitorais do Interior do Estado
Usina inaugurada em 28/06/19.	Concluída etapa/ 2019 e publicada norma - utilização de aplicativo para transporte (IN TRE-PR 01/2019).	Providos 33 cargos em 2019.
Ação 8: Construir o Fórum Eleitoral de Ribeirão Claro	Ação 16: Projeto para Redução de Custos das Contratações Concluídas	Ação 24: Projeto de Arborização
Fórum Eleitoral inaugurado em 20/12/19.	Concluídos estudos para redução de postos de copeiragem, portaria e motoristas.	Concluída a etapa prevista para 2019, com arborização em 09 Fóruns Eleitorais.
Ação 25: Projeto Gestão Participativa - Ação 2019 - Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos		
Realizada a capacitação de 97 servidores.		

Visando garantir a legalidade, a eficiência, a economicidade, a eficácia e a legitimidade de atos, processos e procedimentos, o TRE-PR adota entre outras medidas a realização de cursos para capacitação, a contratação de treinamentos específicos, a edição de normas que orientam e disciplinam a atuação dos servidores, a elaboração de manuais, mecanismos de controle interno, auditorias, correções e inspeções.

Durante o ano de 2019 foram oferecidos 74 cursos de capacitação e treinamento, os quais abordaram, entre outros temas, governança, gestão de riscos, licitações e contratações públicas, gestão e fiscalização de contratos, segurança do voto eletrônico, direito penal e processual penal, crimes eleitorais e processo penal eleitoral, competência da Justiça Eleitoral para processo e julgamento de crimes comuns e conexos e gestão de resíduos.

Entre as normas editadas relativas à atuação dos servidores destacaram-se as Resoluções TRE-PR nº 845 e 840 de 2019, que instituíram o Programa de Integridade da Justiça Eleitoral do Paraná e a Política de responsabilidade social do TRE-PR, respectivamente.

Mecanismos de controle interno foram adotados pelas próprias unidades, visando sempre prevenir ou corrigir eventuais falhas na realização dos procedimentos.

A ação correcional, exercida pelo Corregedor Regional Eleitoral em todo o Estado do Paraná e pelo Juiz Eleitoral, no limite de sua jurisdição, visou à orientação, fiscalização, padronização e inspeção dos serviços eleitorais, aferindo a qualidade e a regularidade do funcionamento dos cartórios eleitorais.

Especificamente em relação à economicidade mereceram destaque as seguintes medidas: realização de pesquisas de mercado, estudos para redução de postos contratuais, projetos para eficiência energética, inauguração da usina fotovoltaica e campanhas para promoção do consumo consciente.

Auditória Interna

A auditória interna tem por objetivo primordial avaliar os resultados da gerência da coisa pública, auxiliando a instituição no alcance de seus objetivos estratégicos e no aprimoramento e fortalecimento de seus processos de trabalho.

O Plano de Auditoria de Longo Prazo –PALP, prevê as ações a serem realizadas no prazo de 04 anos enquanto Plano Anual de Auditoria – PAA estabelece as ações que serão executadas durante o exercício. Ambos estão disponíveis em:

<http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/auditoria-e-prestacao-de-contas-anual/planos-de-auditoria-interna/planos-de-auditoria-interna>.

Correição Ordinária	Correição Extraordinária	Inspeção Correcional
Efetuada anualmente pelo Juiz Eleitoral da Zona respectiva, em exercício, titular ou substituto, ou pelo Corregedor Regional Eleitoral.	Fiscalização excepcional, realizada a qualquer tempo pelo Juiz Eleitoral, de ofício, sempre que tomar conhecimento de erros, abusos, ou irregularidades que devam ser corrigidos, evitados ou sanados, ou pelo Corregedor Regional Eleitoral, nessas situações ou quando entender necessário. Poderá ser geral ou parcial, conforme abrange ou não todos os serviços realizados na zona eleitoral.	Desenvolve-se a orientar e fiscalizar os serviços da Zona Eleitoral, sempre que o Corregedor Regional Eleitoral ou o Juiz Eleitoral entender necessário. É realizada a qualquer tempo, sem prévio aviso, facultada a elaboração de relatórios.



GESTÃO DE RISOSOS



BALANÇO	1	2	3
CONFIRME	4	5	6
CONFIRMA	7	8	9
	0		

A Resolução TRE-PR nº 775/2017 instituiu a política de riscos visando estabelecer os princípios e as diretrizes a serem observadas por todas as unidades do Tribunal. Com o objetivo de detalhar os procedimentos a serem realizados, foi aprovado o Manual de Gestão de Riscos.

Os riscos podem ser institucionais, operacionais, de comunicação ou de conformidade.

A definição dos processos de trabalho cujos riscos serão gerenciados e tratados com prioridade, aqueles que serão tratados com medidas de aperfeiçoamento contínuo, ações de caráter imediato, a curto, médio ou longo prazo, compete aos gestores de risco.

São considerados gestores de riscos, em seus respectivos âmbitos e escopos de atuação, o diretor-geral, o Comitê de Gestão de Riscos, os secretários, os assessores, os coordenadores, os chefes de seção e os responsáveis pelos processos de trabalho, projetos e ações, como também as comissões e grupos de trabalho. Ao Comitê Gestor de Riscos cabe definir os riscos estratégicos a serem monitorados durante o exercício, bem como difundir a cultura da gestão de riscos às unidades, que passam a analisar os riscos de suas áreas.

Saiba mais em <http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/governanca/comites/comite-de-gestao-de-riscos>

Fases do Processo de Gestão de Riscos

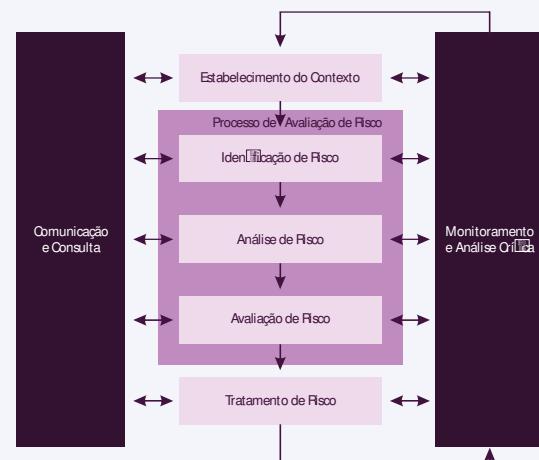
Estabelecimento do contexto: fase em que são definidos os parâmetros externos e internos, os critérios de risco a serem considerados no gerenciamento (escala de probabilidade e de impacto, matriz "impacto x probabilidade", apelidada de risco, matriz de classificação de riscos, diretrizes para priorização/tratamento e eficácia dos controles).

Identificação de riscos: consiste na busca, reconhecimento e descrição dos riscos a serem monitorados, mediante a identificação de suas fontes, seus eventos, suas causas e suas consequências potenciais. Tem como finalidade gerar uma lista abrangente de riscos, baseada em eventos que possam evitar, reduzir, acelerar ou atrasar a realização dos objetivos.

Análise de riscos: apreciação das causas e das fontes de riscos, suas consequências negativas e a probabilidade de que essas consequências venham a ocorrer. O objetivo desta fase é fornecer subsídios para a avaliação de riscos, bem como para definição das estratégias, métodos e decisões de tratamento dos riscos.

Avaliação de riscos: tem como finalidade definir quais riscos necessitam ser tratados e quais terão prioridade no tratamento.

Tratamento de riscos: envolve a seleção de uma ou mais opções para gerenciamento do risco (evitar, transferir, mitigar ou aceitar o risco) e poderá gerar novos controles ou modificar os controles existentes. A opção "aceitar o risco" somente é adotada quando o nível do risco é considerado baixo, a capacidade da organização para tratá-lo é limitada ou o custo é desproporcional ao benefício.



Fases do Processo de Gestão de Riscos

Monitoramento e análise crítica dos riscos: pode ser periódico ou acontecer em resposta a um fato específico. As finalidades dessa fase são garantir que os controles sejam eficazes, obter informações adicionais para melhorar a avaliação dos riscos, analisar os eventos, aprender com o sucesso ou fracasso do tratamento do risco e detectar mudanças no contexto externo e interno.

Comunicação e consulta: tem como objetivo facilitar a troca de informações, a comunicação e a consulta às partes interessadas. Poderá acontecer durante qualquer uma das fases do processo de gestão de riscos.

Princípios da Gestão de Riscos

- Criar e proteger valores institucionais.
- Ser parte integrante dos processos organizacionais.
- Ser parte da tomada de decisões.
- Abordar explicitamente a incerteza.
- Ser sistemática, estruturada e oportunidade.
- Considerar fatores humanos e culturais.
- Ser transparente e inclusiva.
- Ser dinâmica e capaz de reagir às mudanças.

Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Restrições orçamentárias (EC95/2016). ▪ Desconhecimento da população quanto ao processo eleitoral. ▪ Desconfiança da sociedade quanto a segurança das urnas eletrônicas. ▪ Fake news – alta incidência, ineficácia dos instrumentos disponíveis para coibir a disseminação e dificuldade de penalização dos responsáveis pela divulgação. ▪ Legislação eleitoral desatualizada. ▪ Ausência de regulamentação específica quanto a questões atuais que impactam o processo eleitoral, especialmente no que tange à propaganda eleitoral em mídia eletrônica. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conclusão do processo de revisão do eleitorado no Estado (399 municípios) com coleta biométrica. ▪ Implantação do sistema PJE em 1º grau de jurisdição. ▪ Implantação do Título fácil. ▪ Recebimento dos processos relativos a crimes comuns conexos aos crimes eleitorais, inclusive operação lava-jato. ▪ Aprimoramento dos serviços prestados por meio de correições e inspeções. ▪ Realização de campanhas para esclarecimento dos eleitores sobre o processo eleitoral. ▪ Aprimoramento do Portal da Transparência. ▪ Dimensionamento da força de trabalho. ▪ Aperfeiçoamento do atendimento ao Eleitor por meio do Título Fácil (Resolução TRE-PR nº 838/2019) e emissão de guia (GRU) para pagamento de multas decorrentes de ausências às urnas e/ou aos trabalhos eleitorais pela internet. ▪ Auto suficiência energética em razão de inauguração da usina fotovoltaica. ▪ Revisão do planejamento estratégico para o período de 2019-2020.

Os riscos estratégicos monitorados em 2019, definidos pelo Comitê de Riscos a partir da análise das oportunidades e ameaças, foram os seguintes: Dimensionamento da Força de Trabalho, Recebimento de Processos Criminais Conexos a Crimes Eleitorais, Implantação do RJ E Transparência.

Além disso, deu-se início ao projeto que tem por finalidade avaliar os riscos relativos ao plano de continuidade de negócio e, visando o aperfeiçoamento dos serviços, algumas unidades específicas do Tribunal efetuaram a gestão dos riscos inerentes às suas atividades.

Projeto para Dimensionamento da Força de Trabalho		
Definição/Justificativa	Principais Ações Previstas no Plano de Ação	Nível de Risco Alto
Necessidade de revisão dos processos de trabalho existentes para obtenção de melhores resultados.	Constante acompanhamento das orientações emitidas pelo TSE Designação de equipe de trabalho específica para desenvolvimento do Projeto. Ações para superar as dificuldades impostas à adoção das novas práticas de trabalho.	
Objetivos Estratégicos Impactados		Tendência
Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional. Aperfeiçoar o desenvolvimento pessoal e técnico de servidores e colaboradores e promover a saúde e bem estar no trabalho. Garantir a eficiência na prestação dos serviços de tecnologia da informação e comunicação.	Mitigação do risco	
Principais Fontes de Risco		Probabilidade/Impacto
Externas: gerenciamento do Projeto pelo TSE; inexistência de modelo único de trabalho que englobe os 27 Regionais; e padronização das entregas. Internas: interesse da nova Administração na continuidade e extensão do projeto.	Considerando que o processo é gerenciado pelo TSE a análise da probabilidade do dano fica, em parte, prejudicada. A interrupção do projeto, porém, não acarretaria impactos significativos, uma vez que o modelo atual de prestação de serviços seria preservado.	

Recebimento de Processos Criminais Conexos a Crimes Eleitorais		
Definição/Justificativa	Principais Ações Previstas no Plano de Ação	Nível de Risco Alto
<p>Necessidade de organização e estruturação da instalação para recebimento e processamento das ações relativas a crimes comuns que apresentam conexão com crimes eleitorais (decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Agravo Regimental no Inquérito 4435).</p>	<p>Realização de visitas à Justiça Federal a fim de verificar a estrutura existente para tramitação dos processos relacionados à operação Lava-Jato sucedidas de reuniões deliberativas.</p> <p>Capacitação de servidores e magistrados.</p> <p>Expedição de ofícios para o TSE para concessão de acesso aos sistemas de tramitação processual.</p> <p>Estudos de soluções tecnológicas para viabilizar a compatibilidade dos sistemas.</p> <p>Elaboração de projeto básico para adaptações espaço do TSE.</p> <p>Atuação conjunta com forças e autoridades policiais.</p> <p>Implementação de uma cultura institucional de reserva de informação.</p>	
Objetivos Estratégicos Impactados		
<p>Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.</p> <p>Aperfeiçoar o desenvolvimento pessoal e técnico de servidores e colaboradores e promover a saúde e bem estar no trabalho.</p>		
Principais Fontes de Risco		
<p>Externas: incompatibilidade dos sistemas utilizados para tramitação processual pela Justiça Eleitoral, Justiça Federal, Polícia Federal e exposição midiática negativa.</p> <p>Internas: estrutura predial, infraestrutura de TI e quadro de pessoal inadequados ou insuficientes para processamento das ações recebidas; perfil inadequado de servidores designados para as zonas especializadas; inexistência ou desatualização de sistemas e convênios para realizar atos e diligências; risco à segurança de juízes e servidores; divulgação de informações sigilosas.</p>	<p>Tendência</p> <p>Mitigação do risco</p> <p>Probabilidade/ Impacto</p>	<p>Embora o nível do risco tenha sido considerado alto, o volume de processos recebidos foi muito inferior ao inicialmente previsto. Além disso, as medidas adotadas mostraram-se eficientes para o adequado processamento das ações, sendo pequena a probabilidade de caracterização do dano e de impactos negativos.</p>

Processo Judicial Eletrônico		
Definição/Justificativa	Principais Ações Previstas no Plano de Ação	Nível de Risco Alto
A implementação do PJE – Processo Judicial Eletrônico em 1º grau apresentava uma série de desafios à Justiça Eleitoral, na medida em que exigia adaptações relacionadas à infraestrutura de TI, capacitação dos servidores (lotados no interior e na capital) para utilização do novo sistema, e ainda, auxílio ao público externo.	Orição de tabela de temporalidade, conforme a urgência dos processos, para desenvolvimento do sistema e implantação de melhorias. Implantação do sistema ATENA para extração de dados estatísticos e compilação de informações. Atualização do código de normas e consolidação das normas relativas à correta utilização do sistema. Capacitação dos servidores. Celebração de convênios com órgãos externos.	
Objetivos Estratégicos Impactados		
Fortalecer a segurança do processo eleitoral. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional. Aprimorar os mecanismos de transparéncia. Incentivar a adoção de práticas sustentáveis de acessibilidade. Aperfeiçoar o desenvolvimento pessoal e técnico de servidores e colaboradores e promover a saúde e bem estar no trabalho. Garantir a eficiência na prestação dos serviços de tecnologia da informação e comunicação.		
Principais Fontes de Risco		
Externas: determinação da implementação do sistema independente da realização dos aperfeiçoamentos necessários; sistema de tramitação processual gerenciado pelo TSE; centralização do recebimento de instruções para operação do sistema em poucas pessoas nos órgãos externos (MP, DPF, OAB, DPU, PFN). Internos: ausência de regulamentação quanto a alguns procedimentos a serem adotados pelas Zonas Eleitorais; inexistência de ferramenta que permita a extração de relatórios estatísticos; tramitação dos processos eletrônicos remanescentes; suporte insuficiente para utilização do sistema; padronização dos processuais, utilização inapropriada das ferramentas do sistema; falta de infraestrutura adequada para o atendimento de terceiros.		
Tendência		
Mitigação do risco		
Probabilidade/Impacto		
As ações implementadas no decorrer do exercício mostraram-se suficientes para mitigação do risco, não ocorrendo a caracterização de danos ou impacto negativo em decorrência da alteração da forma de tramitação processual. É necessário, porém, acompanhar o funcionamento da sistema, pois haverá um aumento exponencial quanto ao número de processos distribuídos em 2020 em razão da realização das Eleições Municipais.		

Transparência		
Definição/Justificativa	Principais Ações Previstas no Plano de Ação	Nível de Risco Médio
Necessidade de adequação do Portal da Transparéncia para atendimento das determinações do TCU e CNJ e, também, facilitar à sociedade o acesso a informações.	Levantamento das determinações do TCU e CNJ. Avaliação das boas práticas adotadas em outros Tribunais. Reestruturação do portal. Normalização sobre a publicação de arquivos. Padronização dos documentos publicados. Monitoramento das publicações efetuadas. Definição de servidores responsáveis pela atualização e publicação de informações.	Medio
Objetivos Estratégicos Impactados		Tendência
Fomentar a aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade. Aprimorar os mecanismos de transparéncia. Incentivar a adoção de práticas sustentáveis e de acessibilidade.		Alta
Principais Fontes de Risco	Mitigação do risco	Probabilidade/ Impacto
Internas: Ausência de norma quanto à política de dados abertos. Reestruturação e alimentação do portal. Ausência de prazo para atualização e confiabilidade das informações divulgadas. Descumprimento da Lei de Acesso à Informação. Não atendimento a determinações do CNJ. Descumprimento das exigências previstas no Acórdão 1.832/2018-TCU-Plenário.	As medidas adotadas mostram-se adequadas à mitigação do risco havendo, inclusive, significativa melhora quanto a posição do TRE-PR no Ranking da Transparéncia, promovido pelo CNJ. Não há possibilidade de impacto negativo, sendo necessário, porém, o constante monitoramento e atualização das informações publicadas.	Baixa



RESULTADOS DA GESTÃO

0	1
1	2
2	3
3	4
4	5
5	6
6	7
7	8
8	9
9	

BALANÇO
CONTRACHEQUE
CONFIRMAÇÃO



OE1 - FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL	
Ações	Resultados
Estruturação do projeto Eleições 2020. Ampliação do recadastramento biométrico e da revisão do eleitorado. Realização das eleições suplementares.	Projeto Eleições estruturado, contemplando as ações a serem realizadas nas Eleições 2020, os prazos de execução e os responsáveis pelas ações. Projeto Biometria concluído com 97,99% do eleitorado paranaense cadastrado biometricamente (7.906.151 eleitores). Cadastro eleitoral dos eleitores paranaenses atualizado. Aperfeiçoamento da segurança do processo eleitoral. Eleição de prefeitos em 02 municípios do estado (Pirenópolis e Serranópolis do Iguaçu).
Desafios	Perspectivas futuras
Restrições orçamentárias. Logística para realização das eleições, especialmente nos locais de difícil acesso. Funcionamento adequado de urnas eletrônicas antigas. Elaboração de edital de licitação que contemple todas as necessidades do projeto Eleições 2020. Existência de interessados nas licitações necessárias à realização das eleições. Cumprimento das obrigações previstas nos contratos celebrados pelo Tribunal, por parte das licitantes vencedoras. Alcançar todo o eleitorado paranaense com o projeto Biometria. Atendimento à convocação para revisão cadastral e coleta de dados biométricos, especialmente pelos eleitores que moram em áreas rurais ou de difícil acesso. Proporcionar um atendimento saudável aos eleitores na véspera do encerramento do prazo estabelecido para revisão eleitoral. Realização adequada da coleta dos dados biométricos para formação do banco de dados. Realização das eleições em um ambiente conturbado em virtude da desestabilização política.	Executar as ações previstas no projeto Eleições 2020. Definição, por parte do STF, quanto à obrigatoriedade da impressão do voto nas Eleições 2020. Definição, por parte do TSE, quanto à aquisição de novas urnas eletrônicas para a realização das Eleições 2020. Elaboração de edital de licitação e realização do certame, pelo TSE, para aquisição de novas urnas eletrônicas. Capacitar dos executores do projeto Eleições 2020. Realizar as Eleições 2020. Manter o cadastro eleitoral atualizado. Atender os eleitores cujos títulos eleitorais foram cancelados em virtude do não comparecimento à Justiça Eleitoral para revisão cadastral e coleta dos dados biométricos. Julgamento de ações judiciais que impliquem em cassação de mandato e realização de eleições suplementares, se assim determinado.

OE2 - CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> Implantação do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE) nas Zonas Eleitorais (1º grau de jurisdição). Implementação de medidas para cumprimento das Metas Nacionais e Específicas estabelecidas pelo CNJ. Implementação de medidas para alcance do Prêmio CNJ de Qualidade. Ampliação da formação à distância. Provimento de cargos vagos nas Zonas Eleitorais do interior do Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema PJE implantado em todo o 1º grau de jurisdição. Ampliação e facilitação ao acesso às informações processuais em decorrência da disponibilidade e publicidade características do processo judicial eletrônico. Aperfeiçoamento dos processos de trabalho. Melhoria quanto à produtividade dos magistrados e à celeridade da prestação jurisdicional. Cumprimento integral das Metas Nacionais 1 e 2 (151,39% e 105,10%, respectivamente) e parcial da Meta Nacional 4 (processos relativos às Eleições 2016 - 81,34% e Eleições 2018 - 111,11%). Classificação na categoria ouro, no Prêmio CNJ de Qualidade. Provimento de cargos vagos e recomposição da força de trabalho. Servidores aptos e atualizados para o desempenho de suas atribuições. Aprimoramento da qualidade dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral paranaense. Melhoria da qualidade de vida do servidor.
Desafios	Perspectivas futuras
<ul style="list-style-type: none"> Restrições orçamentárias. Adaptação do sistema PJE, pelo TSE, para tramitação dos processos eleitorais em meio eletrônico. Adequação da infraestrutura relativa à tecnologia da informação dos Fóruns Eleitorais para tramitação dos processos em meio eletrônico. Capacitação de todos os servidores lotados em 1º grau de jurisdição, na capital e no interior do estado, para utilização do sistema PJE. Cumprimento das Metas Nacionais e Específicas estabelecidas pelo CNJ. Obter uma posição de destaque entre os órgãos do Poder Judiciário no Prêmio CNJ de Qualidade. Conteúdo programático de cursos on-line adequado às necessidades dos servidores. Interesse dos servidores na realização de cursos à distância. Preenchimento das lotações disponíveis, em razão da infraestrutura das cidades do interior do estado. 	<ul style="list-style-type: none"> Capacitar os servidores, visando o aperfeiçoamento do desempenho de suas atribuições. Aperfeiçoar os serviços prestados à sociedade. Aumentar a celeridade da prestação jurisdicional e a produtividade dos magistrados. Aperfeiçoar o cumprimento das determinações e metas estabelecidas pelo CNJ. Prevenir o afastamento de servidores por doenças decorrentes do trabalho.

OE3 - FOMENTAR A APROXIMAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL COM A SOCIEDADE

Ações	Resultados
<p>Construção do Fórum Eleitoral de Ribeirão Claro.</p> <p>Oferecimento de ações educacionais à sociedade.</p> <p>Divulgação da segurança do voto eletrônico nas escolas.</p> <p>Desenvolvimento do Projeto Mulheres na Polí^{lca}: Construindo Candidaturas.</p> <p>Celebração de acordo de cooperação técnica entre TRE-PR e a Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (AERP).</p>	<p>Fórum Eleitoral inaugurado na cidade de Ribeirão Claro, proporcionado o atendimento dos eleitores dentro do próprio município.</p> <p>Conhecimento, pelos eleitores, quanto ao funcionamento das urnas eletrônicas e conscientização da população quanto à segurança do processo eleitoral.</p> <p>Atendimento de 81.763 alunos pelos projetos Parlamento Jovem, Eleitor do Futuro, Por Dentro da Justiça Eleitoral, Tribunal Eleitoral Jovem, Segurança da Urna Eletrônica.</p> <p>Mulheres mais conscientes quanto à importância da sua participação na política e quanto ao processo eleitoral.</p> <p>Informações acessíveis ao eleitor de forma rápida e simples.</p>
Desafios	Perspectivas futuras
<p>Restrições orçamentárias.</p> <p>Realização da obra do Fórum Eleitoral de Ribeirão Claro dentro do prazo e do limite orçamentário previsto.</p> <p>Despertar o interesse da sociedade quanto ao processo eleitoral.</p> <p>Participação efetiva dos eleitores e estudantes nos eventos realizados pelo TRE-PR.</p> <p>Convencer os eleitores quanto à segurança do processo eleitoral.</p> <p>Combater as fake news relativas ao processo eleitoral de forma efetiva.</p> <p>Reconhecimento, pela sociedade, quanto a importância da participação feminina no processo eleitoral.</p> <p>Superação das dificuldades enfrentadas pelas mulheres para que possam assumir uma posição relevante na política.</p>	<p>Ampliar a oferta de ações educacionais à sociedade relativas ao processo eleitoral.</p> <p>Ampliar a divulgação da segurança do voto eletrônico e o alcance do projeto Mulheres na Polí^{lca}: Construindo Candidaturas.</p> <p>Conscientizar os eleitores quanto à segurança e eficácia do processo eleitoral.</p> <p>Aumentar a participação das mulheres na política e no exercício de cargos eleitos.</p> <p>Conscientizar a população quanto à importância de um processo eleitoral democrático, bem como quanto aos direitos e deveres dos eleitores.</p>

OE4 - APRIMORAR OS MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA	
Ações	Resultados
Análise do Portal da Transparência de outros Regionais e das boas práticas adotadas. Elaboração de projeto para o aperfeiçoamento do Portal da Transparência do TRE-PR. Implementação de melhorias no Portal da Transparência.	Ampliação das informações divulgadas pelo Tribunal em meios eletrônicos. Aperfeiçoamento do Portal da Transparência do TRE-PR, facilitando o acesso à informação. Aperfeiçoamento do cumprimento das determinações do CNJ relativas à transparência. Melhoria na classificação no Ranking da Transparência CNJ 2019 (29ª posição geral e 15ª posição no segmento da Justiça Eleitoral).
Desafios	Perspectivas futuras
Cumprimento de todos os requisitos estabelecidos pelo CNJ, aplicáveis à Justiça Eleitoral, referentes à Transparência. Disponibilização de informações claras e atualizadas. Facilitar o acesso das informações à sociedade.	Aperfeiçoar os processos de trabalho relativos à divulgação de informações. Atualizar constantemente as informações divulgadas pelo Tribunal em meio eletrônico. Melhorar a classificação no Ranking da Transparência CNJ. Conferir maior publicidade às ações desenvolvidas pelo Tribunal.

OE5 - APRIMORAR A GESTÃO DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS	
Ações	Resultados
<p>Implantação de um sistema para gerenciamento da manutenção predial dos imóveis utilizados pelo TRE-PR.</p> <p>Elaboração de proposta para normalização do planejamento das contratações do TRE-PR.</p>	<p>Implantação do sistema de gerenciamento dos serviços de manutenção predial concluída.</p> <p>Aperfeiçoamento da gestão dos serviços de manutenção predial.</p> <p>Elaboração de estudos para aprovação de norma referente ao planejamento das contratações do TRE-PR.</p>
Desafios	Perspectivas futuras
<p>Alimentação correta e ampla do sistema de gerenciamento dos serviços de manutenção predial.</p> <p>Integração dos sistemas utilizados pelo Tribunal.</p> <p>Adesão dos servidores à nova ferramenta para gerenciamento dos serviços de manutenção predial.</p> <p>Elaboração de instrumento normativo que contemple todos os procedimentos necessários à contratação, considerada a ampla diversidade dos objetos.</p>	<p>Utilizar o sistema de manutenção predial de forma plena, possibilitando o aperfeiçoamento dos serviços.</p> <p>Padronizar os procedimentos prévios à contratação, aperfeiçoando as atividades necessárias às contratações.</p> <p>Prevenir problemas que possam surgir durante a execução dos contratos celebrados pelo TRE-PR.</p>

OE6 - INCENTIVAR A ADOÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS E DE ACESSIBILIDADE

Ações	Resultados
<p>Conclusão das obras do Parque Gerador de Energia Fotovoltaica do TRE-PR.</p> <p>Realização de campanhas para adoção de práticas sustentáveis.</p> <p>Desenvolvimento do projeto Arborização.</p> <p>Realização de obras em Fóruns Eleitorais para torná-los acessíveis às pessoas com deficiência.</p> <p>Aquisição cadeiras de rodas.</p> <p>Contratação de curso de libras para servidores e colaboradores.</p> <p>Contratação de intérprete para atuar nas sessões do Tribunal.</p>	<p>Parque gerador de energia fotovoltaica implementado em junho/19 com 6.200 placas solares, 4 inversores de 500 Kw e 4 transformadores em pleno funcionamento, com capacidade instalada de 2 MWp e produção de 285.000 Kwh/mês.</p> <p>Redução das despesas com energia elétrica em relação ao ano anterior no importe de R\$ 633.991,86 e obtenção de crédito junto à Companhia Paranaense de Energia (COPEL) para utilização dos próximos exercícios, em decorrência da energia produzida, de 662.644 Kwh.</p> <p>Plantio de árvores na paisagem nos terrenos de 09 Fóruns Eleitorais.</p> <p>Mudança de hábitos e adoção de práticas sustentáveis pelas autoridades, servidores e colaboradores.</p> <p>Facilitação do acesso aos eleitores com problemas de locomoção aos Tribunal e Fóruns Eleitorais por meio da adaptação arquitetônica de 12 imóveis e disponibilização de 59 cadeiras de rodas.</p> <p>Implantação das ferramentas Rybená, #pracegover e #pratodosverem no site eletrônico do TRE-PR, proporcionando acessibilidade ao conteúdo publicado aos eleitores com deficiência visual ou auditiva.</p> <p>Servidores e colaboradores capacitados e aptos para atender eleitores com deficiência auditiva.</p> <p>Sessões do Tribunal acessíveis aos eleitores com deficiência auditiva.</p>
Desafios	Perspectivas futuras
<p>Restrição orçamentária.</p> <p>Superação das dificuldades relativas a questões técnicas na produção de energia elétrica.</p> <p>Manutenção dos custos de conservação do Parque Gerador de Energia Elétrica em valores reduzidos.</p> <p>Implementação das soluções técnicas necessárias para o aproveitamento, em todas as unidades da Justiça Eleitoral paranaense, da energia elétrica produzida.</p> <p>Conscientizar autoridades, servidores e colaboradores quanto a necessidade da mudança de hábitos e adoção de práticas sustentáveis.</p> <p>Adesão dos Fóruns Eleitorais ao projeto Arborização.</p> <p>Tornar todos os Fóruns Eleitorais do Paraná acessíveis às pessoas com deficiência.</p>	<p>Alcançar a autossuficiência na geração de energia elétrica.</p> <p>Ampliar as ações promovidas para conscientização ambiental a fim promover a mudança de hábitos.</p> <p>Contribuir para um meio ambiente sustentável.</p> <p>Minimizar, pela compensação ambiental voluntária, os impactos ambientais decorrentes da construção das Fóruns Eleitorais, considerando o espaço ocupado e toda a composição para a paisagem no processo da construção até o descarte final de sua vida útil.</p> <p>Facilitar o acesso às pessoas com deficiência à Justiça Eleitoral.</p> <p>Superar as barreiras físicas ao acesso à Justiça Eleitoral.</p> <p>Atender às normas vigentes relativas à acessibilidade.</p>

OE7 - APERFEIÇOAR O DESENVOLVIMENTO PESSOAL E TÉCNICO DE SERVIDORES E COLABORADORES E PROMOVER A SAÚDE E O BEM ESTAR NO TRABALHO

Ações	Resultados
<p>Implementação do Plano Anual de Capacitação com ênfase em resultados.</p> <p>Oferecimento de cursos de capacitação para todas as unidades do Tribunal.</p> <p>Desenvolvimento do Projeto Gestão Par^{■■■pa■■■a} – Ação 2019 - Curso de gestão e fiscalização de contratos.</p> <p>Realização de campanhas para promover a saúde de autoridades, servidores e colaboradores.</p> <p>Incentivo à realização de exames periódicos.</p>	<p>Elaboração e implementação do Plano Anual de Capacitação com ênfase em resultados.</p> <p>Disponibilização de 74 cursos de capacitação.</p> <p>Servidores capacitados para desenvolver as suas a^{■■■dades}, bem como e realizar a gestão e fiscalização de contratos.</p> <p>Promoção de campanhas preventivas relativas à saúde física, mental e ocupacional.</p> <p>Obtenção de diagnóstico sobre a saúde dos servidores.</p> <p>Melhoria na saúde e qualidade de vida de autoridades, servidores e colaboradores.</p>
Desafios	Perspectivas futuras
<p>Restrição orçamentária.</p> <p>Elaboração de um Plano Anual de Capacitação que conte com as necessidades de todos os servidores, considerada a diversidade das a^{■■■dades} desenvolvidas no Tribunal.</p> <p>Interesse dos servidores em realizar os cursos previstos no plano anual de Plano Anual de Capacitação.</p> <p>Participação efetiva dos servidores nas capacitações propostas.</p> <p>Execução integral do Plano Anual de Capacitação.</p> <p>Ausência de interesse na adoção de hábitos saudáveis.</p> <p>Conscientização dos servidores quanto à importância da realização de exames periódicos.</p> <p>Aperfeiçoamento do equilíbrio entre vida profissional e pessoal.</p>	<p>Capacitar os servidores para o aperfeiçoar o desenvolvimento das atribuições.</p> <p>Melhorar a produtividade dos servidores e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.</p> <p>Promover a saúde e qualidade de vida de autoridades, servidores e colaboradores, inclusive no trabalho.</p> <p>Prevenir doenças e afastamentos.</p>

OE8 - APRIMORAR A GESTÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Ações	Resultados
<p>Aperfeiçoamento e ampliação dos serviços de telefonia via internet (sistema VOIP).</p> <p>Desenvolvimento do projeto de Eficiência Energética.</p> <p>Aperfeiçoamento do sistema utilizado para contratação de serviços de transporte por aplicativo.</p> <p>Mapeamento dos serviços de limpeza e conservação.</p> <p>Aperfeiçoamento das contratações confluadas.</p> <p>Aprimoramento dos controles de jornada dos servidores e fiscalização de banco de horas.</p>	<p>Aperfeiçoamento da gestão dos serviços de telefonia e redução das despesas.</p> <p>Redução das despesas com energia elétrica em decorrência da utilização de lâmpadas e sistema de ar condicionado mais eficiente.</p> <p>Aperfeiçoamento da gestão dos serviços de transporte e redução das despesas em razão da utilização das novas ferramentas disponíveis (aplicativos).</p> <p>Redução das despesas com a contratação de terceirizados e manutenção da qualidade dos serviços de limpeza e conservação.</p> <p>Identificação da necessidade de realização de trabalho extraordinário ou de sobrecarga em áreas específicas.</p> <p>Redução na realização de horas extras e do respectivo passivo financeiro.</p>
Desafios	Perspectivas futuras
<p>Restrição orçamentária.</p> <p>Dificuldades técnicas para o perfeito funcionamento do sistema de telefonia via internet.</p> <p>Disponibilidade de internet em tempo integral, inclusive nos Fóruns Eleitorais do interior do Estado.</p> <p>Modernização dos equipamentos de iluminação e ar condicionado.</p> <p>Adesão às novas ferramentas disponíveis para comunicação e transporte.</p> <p>Disponibilidade de serviços de transporte por aplicativo no interior do estado.</p> <p>Garantia da segurança do transporte de autoridades quando utilizado o sistema de aplicativo.</p> <p>Garantia da qualidade dos serviços de limpeza e conservação apesar da redução dos postos de trabalho de terceirizados.</p> <p>Adoção de métodos efetivos para controle e avaliação das justificativas apresentadas pelos servidores lotados no interior do estado para realização de horas extras.</p> <p>Manutenção de uma rotina de trabalho que não implique a realização de horas extras.</p>	<p>Reducir os gastos com serviços de telefonia, energia elétrica, transporte, limpeza e conservação, como também o pagamento de horas extras.</p> <p>Aumentar a possibilidade de interação entre os servidores da capital e do interior.</p> <p>Utilizar serviços de telefonia, energia elétrica e transporte de forma eficiente.</p> <p>Reducir a frota de veículos e as atividades relativas à sua gestão.</p> <p>Implantar das facilidades.</p> <p>Aperfeiçoar a distribuição da força de trabalho.</p>

OE9 - GARANTIR A EFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Ações	Resultados
<p>Identificação e formalização dos processos de trabalho.</p> <p>Construção de portal sobre a governança e gestão de TI.</p> <p>Aperfeiçoamento da gestão das aquisições de TI.</p> <p>Aperfeiçoamento do atendimento do eleitor, por meio do Título Fácil.</p> <p>Aperfeiçoamento do processo de pagamento de multas eleitorais.</p>	<p>Processos de trabalho mapeados.</p> <p>Consolidação das informações sobre a governança e gestão de TI em portal específico.</p> <p>Aperfeiçoamento da gestão das aquisições de TI.</p> <p>Aprimoramento da prestação de serviço de campo.</p> <p>Aumento da resiliência da infraestrutura de TI.</p> <p>Implantação do PEE no 1º Grau de Jurisdição.</p> <p>Aperfeiçoamento do atendimento ao eleitor, que poderá efetuar a atualização dos dados eleitorais em qualquer Zona Eleitoral do estado, imprimir as guias para recolhimento de multa eleitoral via internet e comprovar o pagamento via e-mail.</p>
Desafios	Perspectivas futuras
<p>Restrição orçamentária.</p> <p>Gerenciamento do portfólio de projetos (urgências x demandas planejadas).</p> <p>Gerenciamento de capacidade.</p> <p>Integração adequada, nas primeiras fases das iniciativas, entre as unidades da TI e as áreas de negócio.</p>	<p>Adotar novas tecnologias para prestação dos serviços (virtualização, cloud computing, inteligência artificial, business intelligence).</p> <p>Tornar o atendimento ao eleitor mais rápido e acessível.</p> <p>Promover a aproximação das unidades da TI com as unidades de área-fim do Tribunal.</p> <p>Desenvolver uma cultura voltada para a inovação.</p>

OE 10 - APERFEIÇOAMENTO DA SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Ações	Resultados
Desenvolvimento de projeto para elaboração do plano de segurança da Justiça Eleitoral. Aprimoramento da segurança dos Fóruns Eleitorais.	Diagnóstico da segurança do Tribunal, Fóruns Eleitorais e demais imóveis da Justiça Eleitoral paranaense. Celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Polícia Militar do Paraná. Elaboração de proposta para implementação de itens básicos de segurança nos Fóruns Eleitorais e modernização do sistema atual.
Desafios	Perspectivas futuras
Restrições orçamentárias. Elaboração de um plano de segurança que atenda às necessidades de cada uma dos Fóruns Eleitorais, observadas as diferentes particularidades daqueles situados no interior.	Aprimorar segurança dos Tribunal, Fóruns Eleitorais e demais imóveis da Justiça Eleitoral paranaense. Aperfeiçoar as condições de trabalho das autoridades e servidores.



Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná



UNIDADES ESPECIAIS DA GESTÃO



1	2	3
4	5	6
7	8	9
0		

BRANCO CORRIGE CONFIRMA

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade com a Constituição Federal e Leis nº 8.112/90 e 11.416/2006, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná observa o conjunto de orientações e determinações dos Tribunais Superiores (TSE, STF e STJ), do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Contas da União. Ompre ressaltar que todos os atos de admissão, pensão e aposentadoria foram registrados no e-pessoal (sistema do TCU) dentro do prazo estabelecido de 60 dias e todos os atos julgados pelo TCU no ano de 2019 foram considerados legais (Acórdãos TCU 3405/2019 – 2ª Câmara; e 7808/2019 e 9406/2019 – 1ª Câmara).

No que tange à transparência e publicidade de seus atos, há a publicação na internet das informações sobre recursos humanos e remuneração: (<http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/remuneracoes>).

Visando a correta aplicação dos recursos públicos, foram instaurados processos para reposição de valores recebidos indevidamente por servidores, autoridades eleitorais, aposentados e beneficiários de pensão civil, que geraram, um retorno ao cofre da União de R\$ 117.320,60.

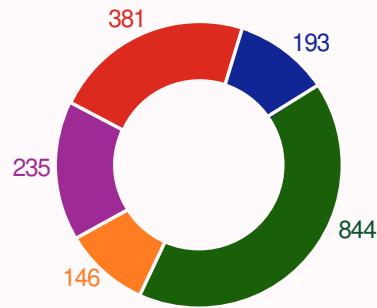
Desde março de 2018 são disponibilizadas à Secretaria de Fiscalização de Pessoal do TCU, mensalmente, as informações cadastrais e fichas financeiras de todos os servidores. Foram encontrados durante o exercício 2019 apenas 02 indícios, ambos já solucionados com o afastamento da irregularidade.

A força de trabalho do TRE-PR é composta por magistrados, servidores e auxiliares.

Magistrados: tratando-se de órgão da Justiça Eleitoral, não há quadro próprio de juízes e desembargadores. Em 2º Grau a função jurisdicional é exercida por 7 membros, conforme estabelece o art. 120 da Constituição Federal e, em 1º Grau, por 186 juízes de direito, integrantes da Justiça Estadual e do Distrito Federal (art. 32 do Código Eleitoral).

Servidores: efetivos (analistas e técnicos), cedidos e requisitados.

Auxiliares: estagiários e terceirizados.



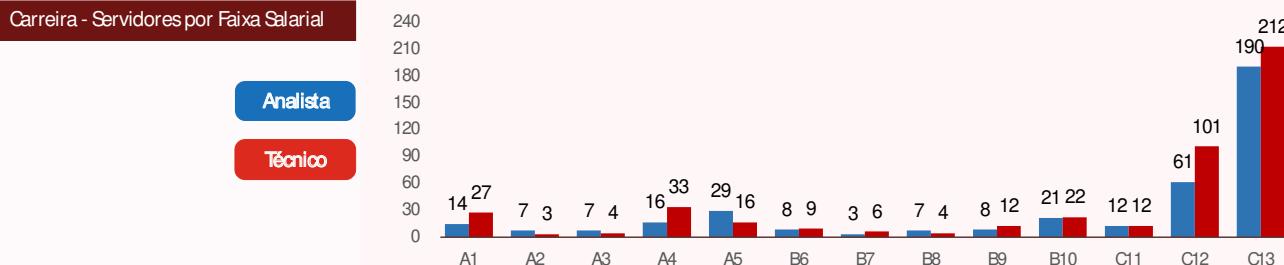
Avaliação da Força de Trabalho – Servidores do Quadro Efetivo - 844 Servidores Efetivos

Situação Funcional	Etnia	Faixa Etária	Escolaridade	Gênero
Servidores de outro órgão federal com lotação provisória neste órgão	Brancos 2	30 anos 695	Nível médio 30	Feminino 427
Invidores de pensão (servidores que deram origem ao pagamento do benefício de pensão por morte aos seus herdeiros legais)	Pardos 41	31 a 50 anos 626	Graduação 273	Masculino 417
Servidores requisitados de outros órgãos	Amarelos 146	51 a 60 anos 171	Pós-graduação 501	
Servidores aposentados (1 membro da corte)	Negros 174	Maiores de 60 anos 17	Mestrado 28	
Servidores efetivos aposentados	Deixaram de prestar informações 844		Doutorado 2	
Distribuição por cargo				
Analistas Judicários Salários inicial de R\$ 12.455,30 Salário final de R\$ 18.701,52				
Técnicos Judicários Salários inicial de R\$ 7.591,37 Salário final de R\$ 11.398,39				

Distribuição por faixa salarial

Carreira: a carreira do Tribunal prevê 13 padrões de vencimento e três classes ("A", "B" e "C"). Os servidores ingressam no Tribunal na classe A, padrão 1 e, com a progressão de carreira podem alcançar a classe C, padrão 13. Os vencimentos de cada classe e padrão estão disponíveis no site do Tribunal (<http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/remuneracoes/resolucao-cnj-102-2009-anexo-iii-a>).

Área de trabalho e unidade de exercício: o TRE-PR disponibiliza no Portal da Transparência a tabela de lotação de pessoal, a qual pode ser acessada pelo link <http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/relatorios/resolucao-cnj-n-102-2009/resolucao-cnj-219-2016-tabela-de-lotacao-de-pessoal>. Há identificação da quantidade de servidores que atuam em 1º e 2º graus e ainda, nas demais unidades de apoio direto e indireto à atividade judicante.



Recadastramento dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas

Com o objetivo de minimizar os riscos afetos à gestão de pessoas, manter atualizado o cadastro dos seus servidores e fiscalizar possíveis irregularidades, como a acumulação ilegal de cargos/benefícios, exercício de atividades incompatíveis, nepotismo, etc, este Tribunal realiza de 2 em 2 anos o recadastramento de servidores. Faz-se anualmente o de servidores aposentados e pensionistas civis. O recadastramento dos servidores ativos foi realizado em 2019.

Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

No TRE-PR, assim como nos demais órgãos do Poder Judiciário da União, o recrutamento dos novos servidores é realizado por meio de concurso público. No ano de 2019 foram nomeados 14 Analistas e 29 Técnicos Judicários. Os servidores nomeados são lotados na sede ou em um dos 186 Cartórios Eleitorais, conforme as vagas em aberto. Tem prioridade na escolha de lotação o servidor melhor classificado no concurso público.

As mudanças de lotação são realizadas por meio de concurso interno de remoção, no qual o tempo de avenida no órgão conta como principal critério. Na sede do TRE-PR, por haver várias unidades dentro da mesma cidade (secretarias, coordenadorias e seções), as vagas abertas são oferecidas em concurso interno de seleção. Visando à melhoria da gestão de pessoas, o Tribunal iniciou projeto para dimensionamento da força de trabalho (DFT), desenvolveu ações de capacitação e ações direcionadas à qualidade de vida dos servidores.

Informações 2019

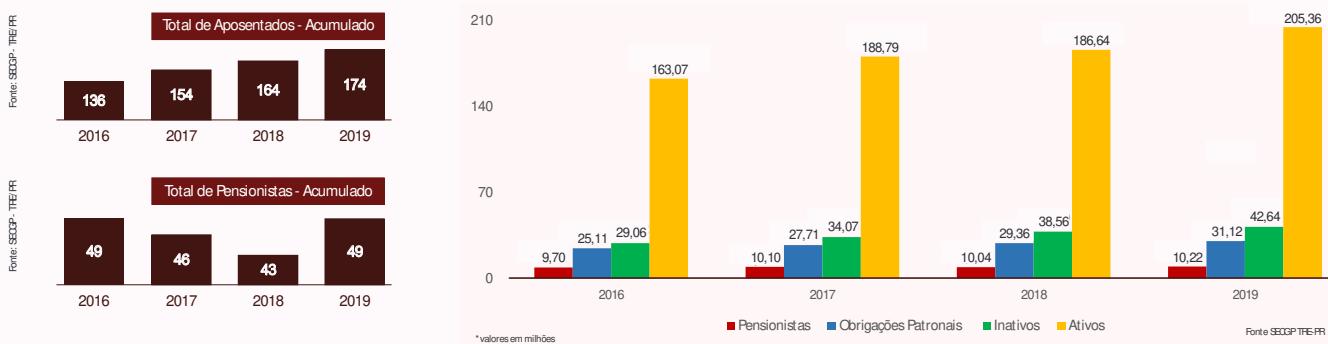
Concursos de remoção: 03

Oportunidade de Lotação: 60

Oportunidade de mudança de unidade: 141

Detalhamento da Despesa de Pessoal

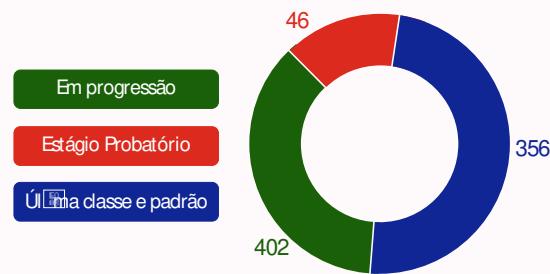
A despesa com os ativos teve incremento, em virtude da aplicação da Lei nº 13.317/2016 e também do preenchimento de cargos vagos. Houve elevação no número de aposentadorias e leve queda no pagamento de pensões, em razão do falecimento de pensionistas e poucas novas concessões. Cabe observar o número de pensionista é diferente do número de beneficiários de pensão, pois alguns podem ter mais de um pensionista (ex: esposa e filhos).



Avaliação de Desempenho, Remuneração, Cargos Gerenciais e Funções Comissionadas**Avaliação de Desempenho e Estágio Probatório**

Todos os servidores do Tribunal são submetidos, anualmente, à avaliação periódica. Trata-se de obrigação imposta pela Constituição Federal, Legislação Federal e Regulamentos Internos. Os critérios para avaliação são previstos nas Resoluções TRE-PR nº 524/2008 (servidores em estágio probatório) e nº 666/2014 (servidores estáveis). Para avançar na carreira o servidor precisa ter avaliação satisfatória (média 7) no desempenho.

O estágio probatório dura 36 meses. Durante esse período, os servidores são submetidos à 4 avaliações de desempenho sendo considerados aprovados no estágio probatório os servidores que obtiverem média igual ou superior à 70% da avaliação máxima.

**Remuneração**

Atendendo às determinações da Resolução CNJ nº 102/2009 são divulgados na página do Tribunal os padrões de vencimento/tabela de remuneração dos servidores. (<http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/remuneracoes/resolucao-cnj-102-2009-anexo-iii-a>) e também o detalhamento da folha de pagamento de pessoal (<http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/remuneracoes/resolucao-cnj-102-2009-anexo-viii-out-2012>). Não há política de participação de empregados e administradores nos resultados do Tribunal, que não se dedica ao exercício de atividade econômica.

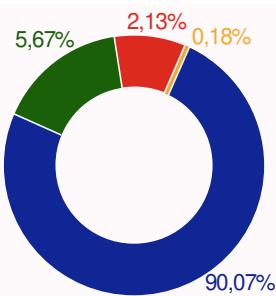
Cargos em Comissão e Funções Comissionadas

Os valores dos cargos em comissão (CJ-1, CJ-2, CJ-3 e CJ-4) e funções comissionadas (FC-6, FC-5, FC-4, FC-3 e FC-1) estão previstos na lei nº 13.317/2016 e são divulgados na página do Tribunal:

<http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/relatorios/resolucao-cnj-n-102-2009>

Em 2019 todos os cargos em comissão foram ocupados por servidores.

- Servidores efetivos removidos de outros Tribunais
- Servidores requisitados
- Servidores efetivos do Tribunal
- Servidores com lotação provisória



Capacitações

Procurando aprimorar a qualidade técnica do trabalho, buscando mais eficiência nas entregas e estimulando o aperfeiçoamento contínuo, no ano de 2019 foram realizados 74 cursos, com 3.426 capacitações. A maioria das capacitações foi concentrada na área jurídica, seguida da área administrativa e de gestão.

A estratégia definida para realização dos cursos foi promovê-los nas modalidades in-company e à distância oportunizando-se, assim, a participação de todos os servidores do Tribunal, inclusive aqueles lotados no interior do estado.

Houve também o pagamento de 9 bolsas de estudo para graduação, 10 para pós-graduação latu sensu, 5 para mestrado e 1 para doutorado, contemplando, assim, 26 servidores.

Conclusão do curso de especialização em Direito Eleitoral e Processo Eleitoral: realizado em cooperação com a Universidade Positivo 02 Membros da Corte, 01 Juiz Eleitoral e 43 servidores.

Unidades	Cursos	Servidores Capacitados	Presencial	EAD
Tecnologia da Informação	28	338	141	197
Judiciária	32	780	771	9
Administrativa e Gestão	55	513	484	29
Responsabilidade Social	6	357	357	0
Educação	35	35	35	0
Saúde e Qualidade de Vida	3	137	137	0

Teletrabalho

O teletrabalho – modalidade de trabalho executado fora das dependências do Tribunal, com a utilização de recursos tecnológicos – foi instituído no âmbito da Justiça Eleitoral pela Resolução TSE nº 23.586/20018 e regulamentado pela Portaria TSE nº 708/2018. Tem como objetivos: promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade; aumentar a produtividade e a qualidade do trabalho dos servidores; contribuir para a melhoria da sustentabilidade socioambiental; ampliar a possibilidade de trabalho a servidores com dificuldade de deslocamento.

Conforme prevê o artigo 2º da Resolução TSE nº 23.586/20018, a realização do teletrabalho é facultativa aos Tribunais Regionais Eleitorais, a critério dos gestores de cada unidade, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do servidor.

Em 2018 foi implantado um projeto piloto de teletrabalho no TRE-PR, submetendo 2 servidores ao regime. Em 2019 havia 8 servidores em teletrabalho. O sucesso do projeto pode ser constatado em números, visto que os servidores envolvidos não só alcançaram a meta estabelecida no plano de trabalho inicial como também superaram o índice de produtividade do próprio setor.

Desafios e Ações Futuras

Desafios: aumento da eficácia das avaliações de desempenho; aumento da qualidade de vida no trabalho e dimensionamento da força de trabalho.

Ações Futuras: revisão das Resoluções TRE-PR nº 524/2008 e nº 666/2014 que dispõem sobre o estágio probatório e critérios para avaliação de desempenho dos servidores aprovados em estágio probatório e, também, do formulário de avaliação do estágio probatório; promoção de palestras relativas à saúde mental, estímulo à participação dos servidores nos exames periódicos, à prática de exercícios e à adoção de hábitos saudáveis; e continuidade das ações relativas ao dimensionamento da força de trabalho conforme calendário do TSE e convênio firmado pelo Tribunal Superior com a UnB.

Conformidade Legal

Para o desempenho das atividades relacionadas a licitações e contratos, o TRE-PR observa, principalmente, as disposições das Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002; Decretos nº 10.024/2019, 7.892/2013, 8.250/2014 e 9.488/2018; regimentos próprios estabelecidos por Tribunais Superiores, pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério da Economia; e, em especial, as Resoluções TRE-PR nº 756/2017, nº 759/2017, nº 766/2017 e nº 815/2018 e Ordem de Serviço nº 01/2017.

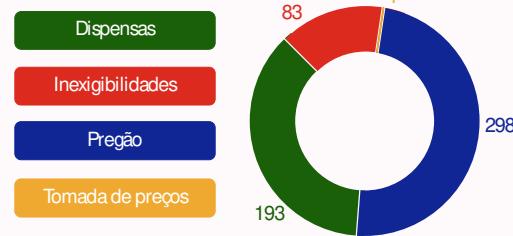
Contratações e Gastos

Em 2019, o valor efetivamente gasto com contratações, abrangendo as dispensas, inexigibilidades e licitações (pregão e tomada de preços) foi R\$ 40.328.516,31. O ano foi encerrado com 298 contratos vigentes, considerados inclusive aqueles celebrados em anos anteriores.

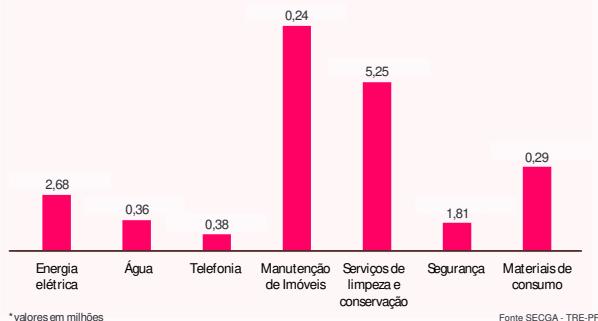
O Plano Anual das Contratações de 2019 está disponível em <http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/gestao-das-aquisicoes-e-contratacoes>.

Principais finalidades das contratações

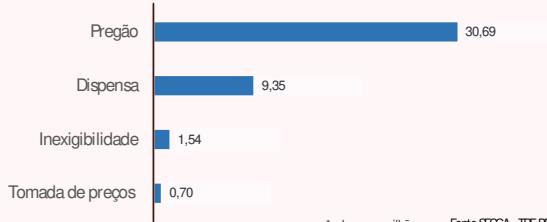
- Atendimento dos eleitores.
- Segurança do processo eleitoral.
- Prestação jurisdicional.
- Manutenção e conservação da infraestrutura predial.



Funcionamento Administrativo - Principais Despesas



Contratações - Valores Despendidos



Contratações Precedidas de Licitação

As modalidades de licitação utilizadas pelo TRE-PR foram pregão e tomada de preços. As contratações precedidas de licitação mais relevantes, considerados os valores despendidos, foram:

Revisão do Eleitorado e Coleta de Dados Biométricos	Serviço de assistência médica e odontológica para servidores e dependentes	Limpeza e Conservação	Manutenção Predial
Finalidade: Aprimorar a segurança do processo eleitoral, atualizar o cadastro de eleitores do Estado do Paraná e modernizar os serviços prestados ao eleitor. Objetivo Estratégico: Fortalecimento da segurança do processo eleitoral. Modalidade de licitação: Pregão. Serviços contratados: Apoio administrativo (mão de obra terceirizada), suporte técnico em informática, motoristas para condução de veículos oficiais, limpeza e conservação. Valor total despendido: R\$ 2,82	Finalidade: Qualidade de vida dos servidores, reduzir o índice de absenteísmo e garantir a força de trabalho necessária ao atendimento dos eleitores e desenvolvimento das atividades do TRE-PR. Objetivo Estratégico: Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional e Aperfeiçoar o desenvolvimento pessoal e técnico de servidores e colaboradores e promover a saúde e o bem estar no trabalho. Modalidade de licitação: Pregão. Serviços contratados: Planos de saúde para assistência médica, hospitalar, laboratorial e auxiliar de diagnóstico.	Finalidade: Conservar a infraestrutura, manter condições adequadas para o funcionamento da instituição e atendimentos dos eleitores, promover a saúde dos servidores e desfilar resíduos adequadamente. Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar o Desenvolvimento Pessoal e Técnico de Servidores e Colaboradores e Promover a Saúde e o Bem Estar no Trabalho, Fomentar a Aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade e Incentivar a Adoção de Práticas Sustentáveis e de Acessibilidade. Modalidade de licitação: Pregão. Serviços contratados: Serviços de limpeza, copeiragem e detelação.	Finalidade: Preservar a infraestrutura imobiliária utilizada pela TRE-PR (patrimônio da União). Objetivo Estratégico: Fomentar a aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade e Aperfeiçoar o desenvolvimento pessoal e técnico de servidores e colaboradores e promover a saúde e o bem estar no trabalho Modalidade de licitação: Pregão. Serviços contratados: Manutenção de elevadores, hidrantes, sistemas de climação, serviços de engenharia civil, eletricista, adequação de imóveis para acessibilidade, pintura, montagem e desmontagem de divisórias e jardinagem. Valor total despendido: R\$ 2,81
<small>* valores em milhões</small>			

Contratações Diretas

Os contratos celebrados de forma direta justificam-se em razão da exclusividade de fornecimento ou da sua urgência e estão devidamente enquadrados nos casos de dispensa de licitação ou inexigibilidade, previstos na Lei nº 8.666/93.

Todos os contratos respeitaram os limites vigentes no momento da contratação, considerando, inclusive, a alteração promovida pelo Governo Federal no art. 23 da Lei nº 8.666/93, através do Decreto nº 9.412/2018, que passou a vigorar a partir de 19 de julho de 2018. Entre as principais, pode-se destacar:



Desafios e Ações Futuras

Desafios

Ações Futuras

- Promover a governança das contratações de forma mais eficiente.
- Promover a eficiência, efetividade e eficácia nas contratações.
- Aprimorar as competências gerenciais e técnicas das áreas de contratações e gestão de bens.

- Realizar inventário dos bens permanentes com critério de sustentabilidade.
- Elaborar manuais.
- Promover pesquisa sobre a satisfação dos usuários dos bens e serviços contratados.

Conformidade Legal

Na execução da gestão patrimonial e da infraestrutura são observados pelo TRE-PR os princípios e regras norteadores da Administração Pública e, em especial:

- Instrução Normativa MPOG nº 1/2010, da Secretaria de Logística da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).
- Instrução Normativa MPOG nº 4/2014; Resolução TSE nº 23.474/2016.
- Resoluções TRE-PR nº 654/93, 756/2017; 766/17, 790/2017 e 807/2018, NBR9050:2015 (acessibilidade).
- Instrução Normativa TRE-PR nº 1/2017.
- Norma Técnica nº 1/2014 da Políticas da TI do TRE-PR.
- Resolução CNJ nº 291/2019.

Parque Imobiliário

O parque imobiliário utilizado pelo TRE-PR é composto por 159 imóveis (patrimônio imobiliário da União):

- Capital: 5 imóveis, sendo 1 sede administrativa do TRE-PR, 1 fórum eleitoral, 2 depósitos e 1 anexo.
- Interior do Estado: 154 imóveis, sendo 153 destinados aos fóruns eleitorais e 1 à usina fotovoltaica do TRE-PR.
- Locações: 1 imóvel, para instalação do Fórum de Terra Rica, submetido à reforma.
- Cessões (convênio com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná): 4 imóveis, para funcionamento das Zonas Eleitorais de Congonhinhas – 99ª ZE, Nova Fábrica – 108ª ZE, Primeiro de Maio – 104ª ZE e Xambrê – 117ª ZE.

A relação completa dos imóveis pode ser acessada em <http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/gestao-patrimonial/patrimonio-imobiliario>

Desmobilizações

Foram realizadas 4 desmobilizações durante o ano em razão da realização de reformas nos fóruns eleitorais: aluguel de imóvel para o cartório eleitoral de Terra Rica e acomodação dos cartórios eleitorais de Apucarana, Catanduva e Guaraniaçu junto ao fórum estadual.

Locação de Imóveis e Equipamentos

Em 2019 foi celebrado 1 contrato de locação de imóvel com objetivo de alugar temporariamente o Fórum Eleitoral de Terra Rica, que resultou em uma despesa de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Quanto à locação de equipamentos, foram firmados 2 contratos. Ao final do exercício, consideradas as contratações firmadas no anos anteriores, havia 11 locações vigentes. O valor despendido foi R\$ 638.904,48.

Manutenção e Conservação Predial

A manutenção e conservação das instalações do TRE-PR é gerenciada pela Secretaria de Gestão de Serviços. Entre as atividades realizadas durante o exercício destacaram-se: serviços de limpeza, copeiragem, manutenção de equipe volante para prestação de serviços técnicos no interior do Estado, serviços gerais, manutenção elétrica, hidráulica e pequenos reparos; manutenção de ar-condicionado, manutenção predial geral e jardinagem.

Os 2 sistemas adquiridos em 2018 para gestão dos contratos e das manutenções prediais passaram a ser utilizados após adequações, customizações, testes e treinamentos, possibilitando o aprimoramento das atividades durante o ano.

Apesar dos custos de manutenção, a prestação de serviços em Fóruns Eleitorais instalados em imóveis pertencentes à União mostra-se vantajosa, principalmente quando consideradas as despesas com a locação de imóveis, a proximidade para eleitores e para os políticos, o incentivo à democracia, a qualidade no atendimento dos eleitores e a produtividade dos servidores.

Principais Investimentos

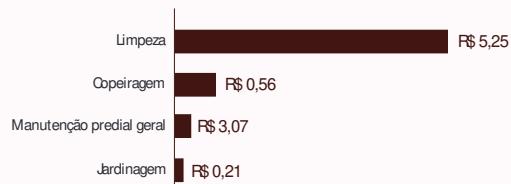
Em 2019 o TRE-PR priorizou investimentos em infraestrutura e equipamentos. Os investimentos visaram sobretudo a melhoria da infraestrutura interna da Justiça Eleitoral e a eficiência na prestação do serviço público, permitindo a concretização dos objetivos estratégicos da instituição, notadamente Celeridade e Produtividade da Prestação Jurisdicional, Fomentar a aproximação da Justiça Eleitoral com a Sociedade, Incentivar a Adoção de Práticas Sustentáveis e de Acessibilidade.

Os principais investimentos realizados no tocante à infraestrutura e equipamentos foram: a construção do Fórum Eleitoral de Ribeirão Claro, reformas para readequação e acessibilidade em 12 Fóruns Eleitorais do interior, reformas para adequação da segurança de trabalho em 8 Fóruns Eleitorais, reformas para readequação da infraestrutura possibilitando uma melhor utilização dos ambientes, aquisição de equipamentos de informática, mobiliário, refrigeradores, condicionadores de ar, fragmentadoras e bebedouros.

Ao final do exercício totalizou-se o cadastramento nos sistemas ASIWEB e SIAFI de 2.073 novos bens permanentes, avaliados em R\$ 3.530.291,18. O valor acumulado dos bens permanentes, consideradas as transferências efetuadas a favor de outras unidades gestoras, doações e desfazimentos, foi R\$ 61.324.239,92.

Principais Despesas de Manutenção e Conservação

* valores em milhões

**Principais Bens Cadastrados**

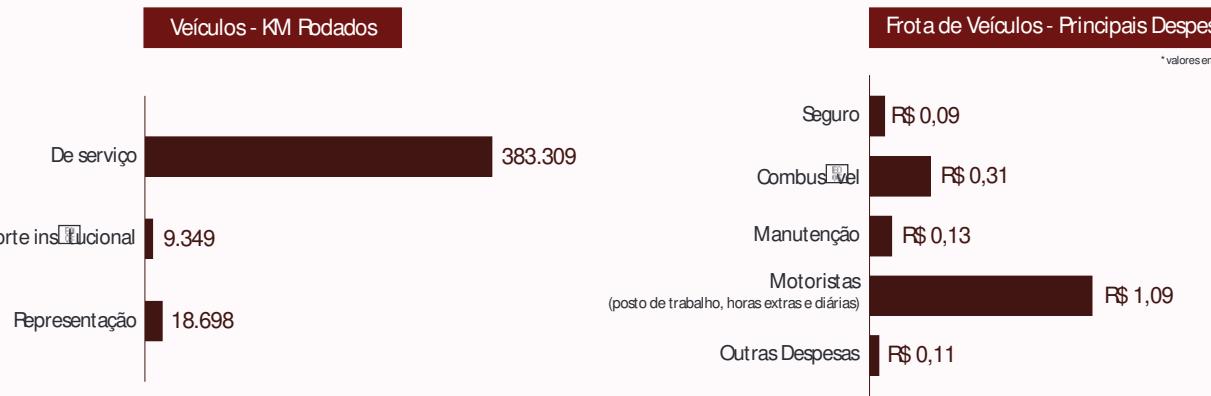
Equipamento de processamento de dados	R\$ 33.047.247,68
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	R\$ 3.759.223,05
Mobiliário em geral	R\$ 3.102.086,82
Veículos de tração mecânica	R\$ 2.984.833,58
Equipamento de proteção, segurança e socorro	R\$ 2.561.257,04
Equipamentos p/ áudio vídeo e foto	R\$ 1.661.962,78
Pecas não incorporáveis a imóveis	R\$ 1.070.326,40
Máquinas e equipamentos energéticos	R\$ 1.064.547,76
Aparelhos e equipamento de comunicação	R\$ 588.946,21
Coleções e materiais bibliográficos	R\$ 326.130,76
Máquinas e equipamentos gráficos	R\$ 271.529,49
Aparelhos e utensílios domésticos	R\$ 204.147,50
Veículos diversos	R\$ 158.822,07
Maq. inst. utensílios de escritório	R\$ 141.320,33
Aparelho e equipamentos médicos	R\$ 121.062,65

Gestão da Frota de Veículos

Após a realização de estudos, o TRE-PR concluiu que a forma mais econômica para atendimento das demandas de transporte é a utilização de um método misto, com veículos de frota própria e terceirizados. Ao final do exercício o TRE-PR contava com 44 veículos de frota própria, avaliados em R\$ 3.053.172,78. Esses veículos são utilizados para o atendimento de situações emergenciais, deslocamento de autoridades, realização de correções e inspeções, bem como para o transporte de materiais e equipamentos, inclusive urnas eletrônicas.

A relação completa de veículos: <http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/gestao-patrimonial/veiculos-oficiais>

Aterceirização do serviço, por sua vez, se mostra vantajosa para deslocamentos esporádicos e em trajetos curtos. Assim reduzem-se as despesas com a aquisição e manutenção de veículos que, por ausência de demanda continua, ficariam ociosos. O montante total gasto com os serviços durante o ano foi de R\$ 90.486,37.



Desfazimento de Ativos

Ocorreu o desfazimento de 3.373 itens durante o exercício de 2019, totalizando o montante de R\$ 502.365,98.

- Material permanente: 3.332 itens, avaliados em R\$ 464.739,65.
- Material de consumo: 41 itens, avaliados em R\$ 37.626,32.

Entre os principais itens submetidos ao desfazimento destacaram-se equipamentos de informática, cadeiras, livros, cabos conversores e lâmpadas fluorescentes.

A relação dos desfazimentos encontra-se disponível em: <http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/gestao-patrimonial/desfazimento-de-bens-inserviveis>

Principais Desafios e Ações Futuras	
Desafios	Ações Futuras
<ul style="list-style-type: none"> ■ Modernizar o parque tecnológico de segurança das unidades do TRE-PR, em especial para os Fóruns Eleitorais. ■ Priorizar as medidas de segurança necessárias aos Fóruns Eleitorais com índices deficitários, haja vista o restrito orçamento anual. ■ Implantar um sistema eficiente de controle de acesso no edifício sede do Tribunal e Fórum Eleitoral de Curitiba; ■ Reduzir os custos dos contratos com fornecedores, mantendo-se qualidade dos serviços prestados. ■ Aperfeiçoar os procedimentos de gestão e fiscalização dos contratos. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Atualizar o diagnóstico de segurança, identificando, por unidade, o estado atual das medidas de segurança já implementadas e as necessidades a serem priorizadas; ■ Elaborar de proposta para implementação de adequações dos trabalhos na área de segurança, incluindo área de inteligência, comissão permanente de segurança, brigada de incêndio, apoio operacional da PM/ PRe outros órgãos, dentre outros. ■ Estudo para implantação da gestão integrada, visando incluir em única contratação os serviços de administração predial para os imóveis da Capital e Região Metropolitana. ■ Implementar um novo formato para os serviços de manutenção predial dos Fóruns do interior do estado por polos; ■ Implementar eficientemente o uso de veículos por meio de aplicativo para as demandas de transporte do TRE-PR. ■ Elaborar uma proposta para adoção de mecanismo/procedimento para priorização das demandas relacionadas à gestão da infraestrutura dos imóveis. ■ Publicação de normas e manuais sobre procedimentos de gestão e fiscalização dos contratos. ■ Modernizar a sistemática de telefonia fixa e móvel da Justiça Eleitoral.

Conformidade Legal

No exercício de suas atividades são observadas orientações e determinações dos Tribunais Superiores (TSE, STF e STJ), do Tribunal de Contas da União e do Conselho Nacional de Justiça, especialmente a Resolução CNJ nº 211/2015 que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário para o período de 2015-2020.

Quanto às normas editadas pelo próprio TRE-PR tem grande relevância para a gestão da tecnologia da informação, entre outros normativos: a Resolução nº 756/2017, que instituiu o Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação; a Portaria TRE-PR DG nº 425/2018, que instituiu o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI); a Resolução TRE-PR nº 735/2016, que instituiu o Planejamento Estratégico de Tecnologia de Informação – PETI para o período 2016-2020; e a Portaria TRE-PR nº 572/2018, que aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para o biênio 2018/2019.

Modelo de governança de TI

O modelo de governança de TI adotado pelo TRE-PR prevê a atuação em três esferas:

Conselho de Governança	Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação	Comitê Executivo de Tecnologia da Informação
Composto pelos membros da alta administração do TRE-PR.	Composto pelo secretário da TI, secretários de outras unidades do Tribunal, representantes de diversas Coordenadorias subordinadas à Secretaria de Tecnologia da Informação, Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral – ASSDG e representantes de Cartório Eleitoral. É responsável, entre outros, pelo estabelecimento de estratégias, indicadores e metas institucionais, aprovação de planos de ações, bem como pela orientação das iniciativas e dos investimentos tecnológicos no âmbito institucional.	Composto pelos titulares da Secretaria de Tecnologia da Informação, das Coordenadorias vinculadas à TI e do Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação ou, na sua falta, servidor designado pelo Secretário para assuntos de Governança de Tecnologia da Informação. É responsável, entre outros, pela elaboração de planos táticos e operacionais, análise das demandas, acompanhamento da execução de planos, estabelecimento de indicadores operacionais, e proposição de replanejamentos.

Principais contratações, iniciativas e sistemas		
Principais Contratações	Contratações em Destaque	Principais iniciativas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Executados diretamente pela Secretaria de Tecnologia da Informação R\$ 4.130.758,87 ▪ Executado por outras Secretarias R\$ 714.715,39 ▪ Total R\$ 4.845.474,26 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Backbone secundário R\$ 1.105.863,66 ▪ Aquisição de licenças Windows 10 Pro R\$ 521.571,22 ▪ Técnico de informática - suporte R\$ 402.476,38 ▪ Aquisição de switches de rede R\$ 361.725,00 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio técnico e de infraestrutura às Zonas Eleitorais que passaram pelo processo de revisão eleitoral (biometria). ▪ Implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJE em 1ª grau e suporte ao sistema. ▪ Preparação de infraestrutura de TI e suporte para recebimento dos processos relativos aos crimes comuns conexos aos crimes eleitorais. ▪ Implantação de novo contrato de prestação de serviços de campo, com objetivo de aprimorar o atendimento da TI aos usuários internos. ▪ Migração do domínio interno de “.gov.br” para “.jus.br”, resultando em melhor utilização de recursos de gestão de aplicações e infraestrutura. ▪ Estruturação do Portal de Governança de TI. ▪ Aprimoramento do Portal da Transparência. ▪ Apoio logístico e de totalização às eleições suplementares. ▪ Apoio logístico e de totalização às Eleições de Conselhos Tutelares e do Conselho Regional de Fisioterapia.

Principais sistemas de TI em 2019

Segurança da informação

Agendamento Biometria: serviço disponível na página da internet do Tribunal destinado ao agendamento de data e horário para comparecimento do eleitor à Central de Atendimento para a fim de realizar alistamento, transferência ou revisão eleitoral.

Diário da Justiça Eletrônico (DJE): utilizado para realização de publicações no Diário da Justiça Eleitoral.

Sistema de Atendimento ao Eleitor (ELO): responsável por manter o Cadastro Eleitoral.

Sistema de Informação de Direitos Políticos (InfoDip): responsável pelo encaminhamento e tratamento das comunicações de direitos políticos e óbitos.

Sistema de gestão do Pleno do TRE-PR (Ipleno): utilizado para gerenciamento das sessões plenárias, passando pelos julgamentos dos processos, registro dos votos de cada membro, até o efetivo encerramento sessão.

Sistema Processo Administrativo Digital (PAD): responsável pelo registro e tramitação dos processos administrativos.

Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE): responsável pelo registro e tramitação dos processos judiciais em 1º e 2º graus de jurisdição.

Sistemas de Eleição: conjunto de sistemas destinados a suportar as diferentes fases do processo eleitoral, do tratamento das candidaturas à prestação de contas eleitorais, passando pela captação e totalização de votos.

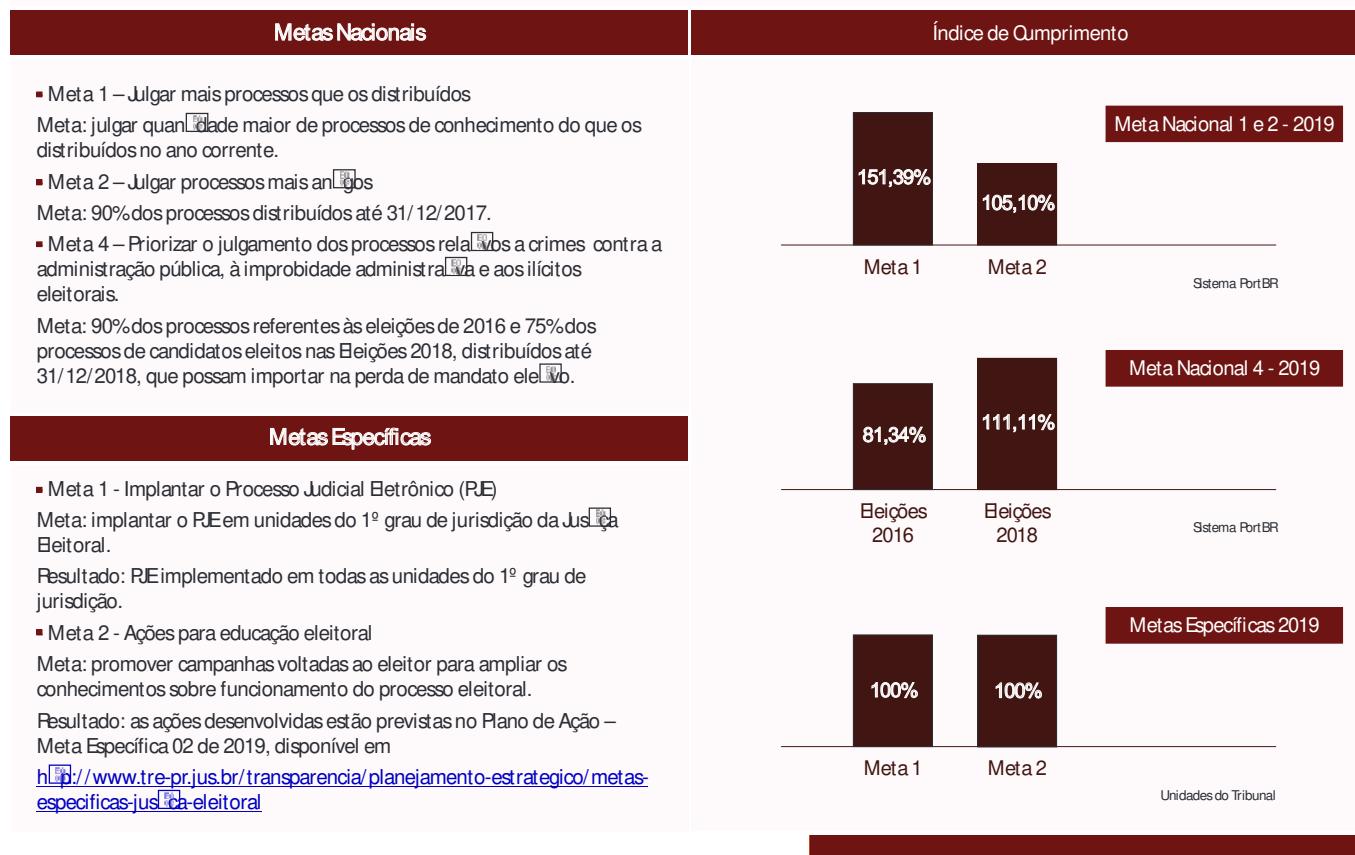
A Comissão de Segurança da Informação, cujos membros foram nomeados pela Portaria TRE-PR nº 307/2017, organiza e mantém o Sistema de Gestão de Segurança da Informação na Justiça Eleitoral do Paraná, de acordo com a Resolução TSE nº 23.501/2016 (Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral) e com as normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013 e 27002:2013.

Entre as principais medidas adotadas pela Comissão de segurança da informação pode-se destacar:

- Implantação efetiva da política de senhas, em atendimento à Instrução Normativa nº 8/2018.
- Implantação efetiva da política de criptografia, por meio da atualização dos sistemas e serviços que operam nos datacenters do TRE-PR, trazendo mais segurança, performance e qualidade na utilização dos sistemas e serviços.
- Elaboração de normas para gestão de vulnerabilidades.
- Elaboração da política de Classificação da Informação.
- Readequação da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR).
- Criação de grupo de trabalho para criação do Plano de Confidencialidade de Negócios, com designação do gestor de confidencialidade de negócios.
- Realização do 1º Fórum de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral, em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunais Eleitorais de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Acre, Espírito Santo e Paraíba, nos dias 17 e 18 de Setembro, na sede do TSE em Brasília.

Principais desafios e ações futuras	
Desafios	Iniciativas
<ul style="list-style-type: none">■ Assegurar o atendimento da Resolução CNJ nº 211/2015, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).■ Desenvolver uma cultura voltada para a inovação.■ Desenvolver perfis de pessoal para os novos desafios.■ Estabelecer uma estratégia de terceirização que permita ampliar a capacidade de entrega de soluções.■ Adequar o orçamento à mudança de paradigma Investimento x Questão na contratação de soluções de TI.	<ul style="list-style-type: none">■ Aperfeiçoamento da gestão de capacidade e recursos.■ Aperfeiçoamento do compliance com regulamentações internas e externas.■ Atendimento das determinações da Resolução CNJ nº 182/2013, que trata das contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação.■ Aproximação com as áreas de negócio para uma racionalização das iniciativas desenvolvidas.

Com o intuito de monitorar a prestação jurisdicional e direcionar as atividades desenvolvidas, o Conselho Nacional de Justiça estabelece Metas Nacionais e Específicas a serem atingidas pelos órgãos do Poder Judiciário. Em relação às Metas Nacionais, são aplicáveis ao segmento da Justiça Eleitoral as Metas 1, 2 e 4. As Metas Específicas, por sua vez, são estabelecidas conforme o segmento da justiça havendo, em 2019, duas metas a serem atingidas pela Justiça Eleitoral.



As ações relativas à gestão sustentável objetivam: incentivar o combate ao desperdício, promovendo ações voltadas para práticas de consumo consciente, e à eficiência do gasto público; promover a gestão adequada dos resíduos gerados; promover e consolidar a política de sustentabilidade; promover campanhas de educação ambiental; planejar e propor acordos técnicos, parcerias e intercâmbio de experiências com órgãos e entidades do poder público que possam contribuir com as metas da Justiça Eleitoral.

O Plano de Logística Sustentável – PLS – Ações 2019 contemplou objetivos e responsabilidades, ações, metas, prazos de execução, como também mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados que permitem estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que objetivaram uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica da Justiça Eleitoral, conforme preconiza o art. 10 da Resolução nº 23.474/2016 do TSE.

A normalização da política de sustentabilidade deu-se por meio da Resolução TRE-PR nº 807/2018, utilizada como fundamento para instituição, planejamento e execução de importantes ações, contemplando princípios e diretrizes para o desenvolvimento sustentável da instituição, abrangendo aspectos físicos, tecnológicos e humanos da organização.

Saiba mais em: <http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/gestao-socioambiental>

Saiba mais em: <http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/gestao-socioambiental/legislacao>

Conformidade Legal

No desenvolvimento das ações relativas à sustentabilidade são observadas, entre outros, as disposições da Lei nº 12.305/2010, os Decretos 5940/2006 e 7.746/2012, a Resolução CNJ nº 201/2015, os princípios e recomendações expressas das Resoluções TSE nº 23.474/2016 e nº 23.505/2016 e as determinações da Resolução TRE-PR nº 807/2018.

Critérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

A Política de Gestão das Contratações do TRE-PR é disciplinada pela Resolução TRE-PR nº 815/2018. Entre as diretrizes estabelecidas destaca-se o incentivo à adoção de contratações sustentáveis, a fim de promover a aquisição e a utilização consciente de produtos e serviços.

As contratações efetuadas, conforme a Política Institucional de Sustentabilidade da Justiça Eleitoral do Paraná (Resolução TRE-PR nº 807/2018), deverão observar:

- Critérios de sustentabilidade dentro da disponibilidade do mercado na fase de elaboração dos estudos técnicos preliminares para aquisição de bens e serviços, com a adequação dos projetos básicos, adoção de critérios de fiscalização, bem como análise da economicidade dos bens e serviços.
- Critérios e práticas de sustentabilidade nos projetos de execução de obras e serviços de engenharia.
- O desempenho ambiental, social e ético dos produtos ou serviços que estão sendo adquiridos ao longo de toda a sua vida útil, priorizando, sempre que possível, aqueles com impactos ambientais minimizados, com sistemas de rotulagem confiáveis, eficazes e com verificação externa, como os selos verdes.
- Emprego da logística reversa, sempre que possível, na desativação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletrônicos e seus componentes, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, observadas as particularidades regionais.

Nas contratações sustentáveis, objetiva-se ainda:

- Que os bens sejam compostos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas vigentes da ABNT.
- Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretriz RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances).
- Que os bens guardem observância às normas técnicas da ABNT, e/ou estejam em conformidade com os regulamentos técnicos pertinentes expedidos pelo Inmetro e/ou com as exigências relativas à ergonomia, tratadas em Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE.
- Que comprovem melhor desempenho energético.
- Que apresentem critérios da rastreabilidade e/ou da origem dos insumos de madeira a partir de fontes legais e/ou de manejo sustentável ou de reflorestamento.
- Que apresentem certificado de regularidade do Cadastro Técnico Federal (CTF), expedido pelo IBAMA, para substâncias agressoras da camada de ozônio e outras.

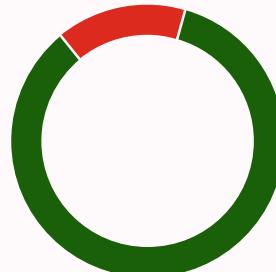
5Rs	Contratações com Critério de Sustentabilidade
-----	---

As práticas de consumo do TRE-PR são respaldadas nas diretrizes dos 5Rs:

- Repensar a necessidade de consumo e os padrões de produção e consumo.
- Recusar possibilidades de consumo desnecessário.
- Reduzir o consumo, optando por produtos que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade.
- Reutilizar, reaproveitando o que seria descartado.
- Reciclar, transformando materiais usados em matérias-primas para outros produtos por meio de processos industriais ou artesanais.

90% - Com

10% - Sem



Fonte: TRE-PR (SEOGA)

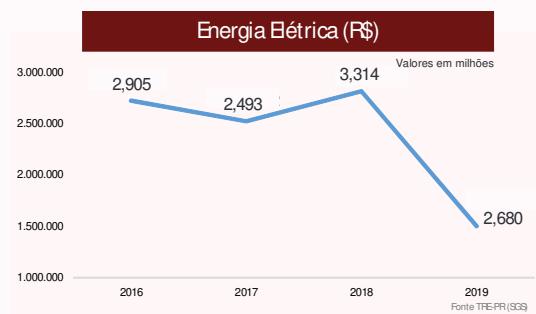
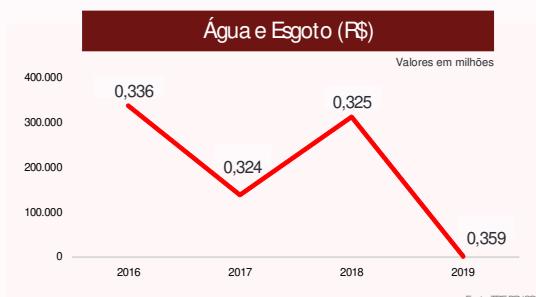
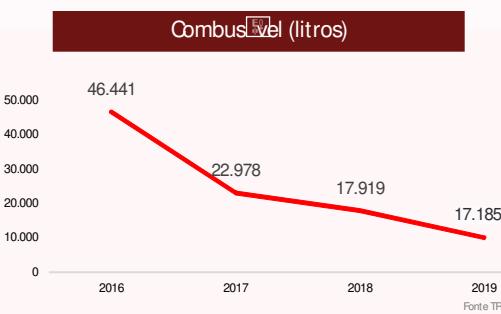
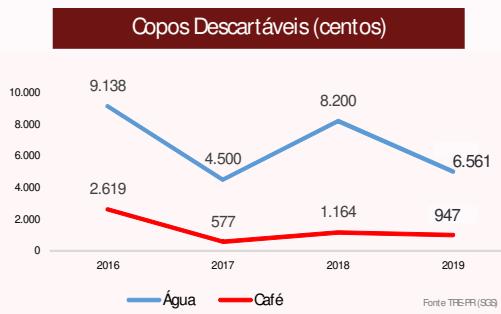
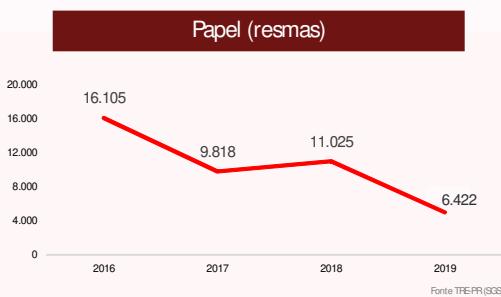
Redução do Consumo de Recursos Naturais

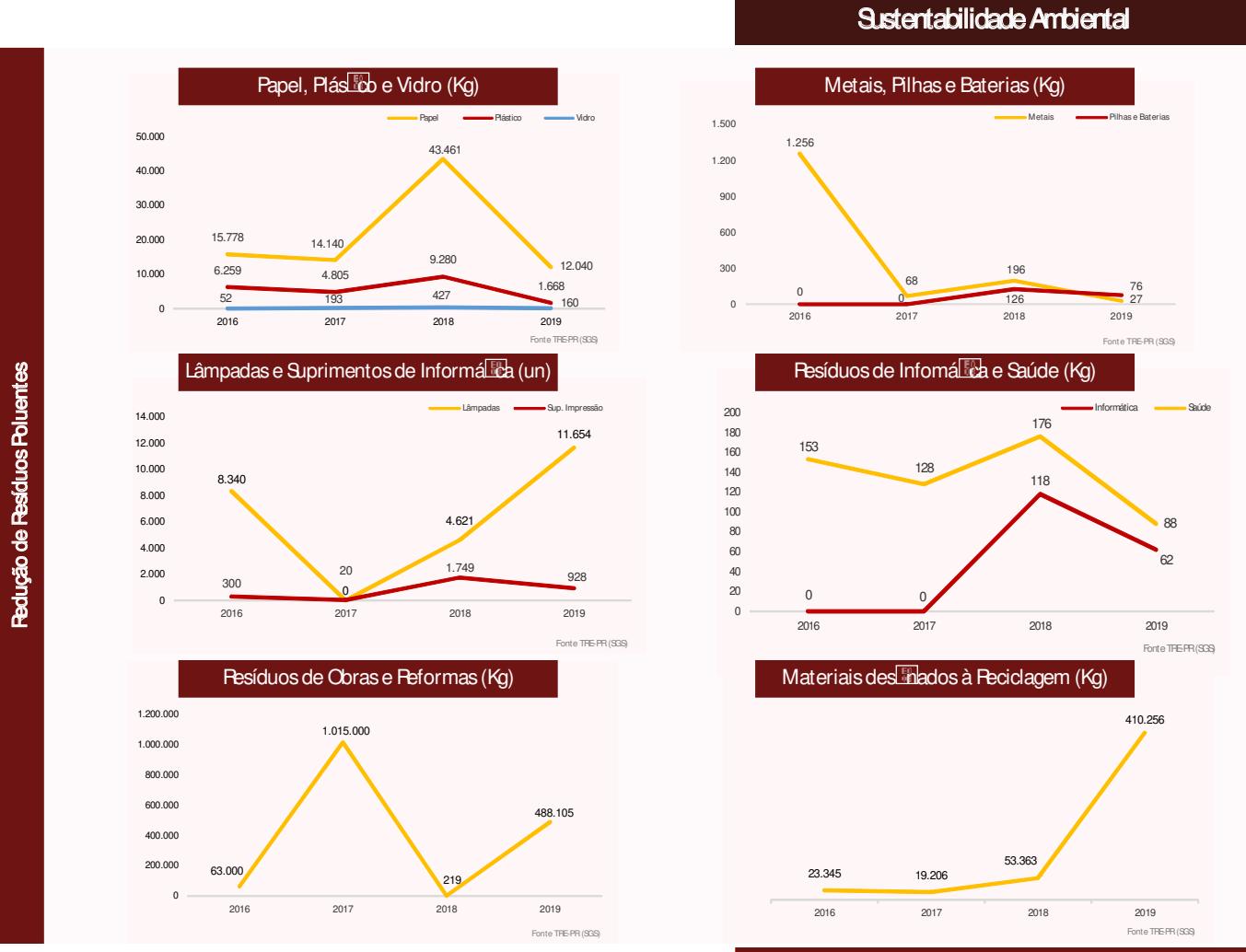
O consumo de insumos no TRE-PRE apresenta um significativo aumento em anos eleitorais, período em que há um grande incremento das atividades desenvolvidas na instituição e também a contratação de terceirizados. Dessa maneira, a análise dos dados deve considerar o período de 2 anos.

O exame das informações evidencia a redução no consumo de papel, embalagens de água mineral e combustível. O Tribunal deixou de adquirir água envasada e instalou bebedouros em suas unidades, porém, em contrapartida, houve aumento em relação ao consumo de água e copos plásticos. Embora se observe um pequeno aumento nos gastos com energia elétrica em relação ao ano de 2016, a inauguração da usina fotovoltaica gerou um crédito de 662.644 Kwh junto a COPEL, o qual será utilizado no próximo exercício.

Quanto aos resíduos, as medidas para conscientização de autoridades, servidores e colaboradores acerca da importância do consumo consciente e da reciclagem geraram um resultado positivo, sendo desenhados à reciclagem, no ano de 2019, 410.256 quilos de materiais.

Consumo de Recursos Naturais





Desafios e Ações Futuras	
Desafios	Ações Futuras
<ul style="list-style-type: none">■ Gestão de resíduos - diagnosçcar e avaliar o grau de sustentabilidade na gestão de resíduos do TRE-PR, com enfoque nas dimensões sociais, ambientais e econômicas, com atenção no período eleitoral.■ Reduzir e racionalizar o consumo de papel, em especial, no período eleitoral.■ Intensificar contratações sustentáveis com o objeçv de assegurar que na contratação de bens, serviços ou obras por parte da Administração Pública, seja selecionada a proposta mais vantajosa, dentre aquelas que cumpram os padrões de qualidade socioambiental aplicáveis, conforme exposto no art. 3º, caput, Lei nº 8.666/93).	<ul style="list-style-type: none">■ Elaboração de um quiz com foco no descarte correto dos resíduos.■ Centralização e acompanhamento dos Termos de Compromissos firmados com as Associações/ Cooperativas de catadores de toda a Justiça Eleitoral do Paraná.■ Promover campanhas intensivas sobre sustentabilidade por meio de notícias na intranet e no Portal das Eleições.■ Orientar autoridades, servidores e colaboradores sobre o descarte de resíduos nas eleições através dos meios digitais disponíveis.■ Eleger, com a parcipação das áreas competentes, itens prioritários a serem analisados.

Asistematização de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo.

Na LDO para 2019, Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15, e §2º do mesmo art. 15.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU.

A partir de então e até o exercício financeiro de 2017, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”.

A partir de exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça. Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir mais de 3.000 imóveis em utilização.

Optou-se por uma sistemática de custos que permite a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais.

Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das alíndades desenvolvidas no Órgão.

O fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”. No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “Com o quê?”, e apresenta a despesa com os recursos utilizados na Justiça Eleitoral.

No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “Para quê?”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



* Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, pois algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2019, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, a distribuição dos custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no exercício de 2019, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

10 maiores itens de custos (em mil)

Material de consumo	1.574
Vigilância ostensiva	1.859
Diárias	1.976
Energia elétrica	2.66
Estagiários	2.966
Limpeza	5.5262
Terceirização	5.32
Depreciação de bens móveis	9.659
Auxílios e benefícios de pessoal efetivo	11.263
Pessoal efetivo e encargos	240.593

Fonte TSE

Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, tem-se a seguinte distribuição:

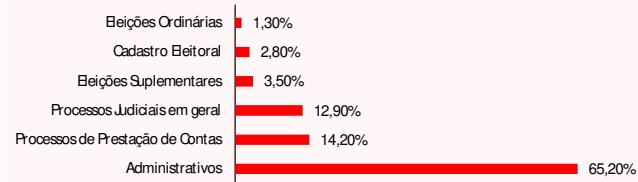
Custos por Subgrupos

Gestão da Frota	0,20%
Gestão Administrativa	1,70%
Bens móveis e de outras naturezas	3,80%
Infraestrutura	4,20%
Força de trabalho	90,10%

Fonte TSE

Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:

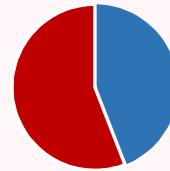
Custos por Atividade/Serviço (%)



Fonte TSE

Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público



Funcionamento da Secretaria
Atendimento ao Público

Fonte TSE

Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, onde a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

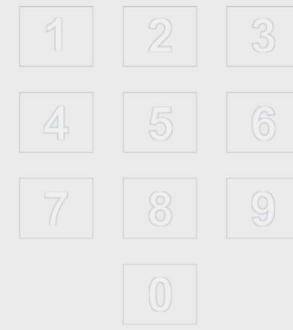
* Tópico elaborado pelo TSE para composição do Relatório de Gestão TCU, conforme Ofício Circular TSEGAB-DGrº 59/2020 (anexo).



Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná



INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

Perfil do Gasto do Tribunal

A Lei Orçamentária Anual de 2019 – Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019 - Publicada no DOU de 16/01/19 consignou ao TRE-PR a dotação orçamentária total de R\$ 309.320.929,00 (trezentos e nove milhões trezentos e vinte mil novecentos e vinte nove reais). Cabe ressaltar que com os créditos adicionais, as provisões recebidas do Tribunal Superior Eleitoral e as dotações remanejadas para outras ações, o Orçamento total disponibilizado foi de R\$ 352.326.100,57 (trezentos e cinquenta e dois milhões trezentos e vinte seis mil e cem reais e cinquenta e sete centavos).

O quadro a seguir evidencia, de maneira sintética, os créditos orçamentários aprovados na Lei Orçamentária Anual, suas suplementações, provisões e cancelamentos, conforme ocorridos no decorrer do exercício, a saber:

Lei Orçamentária Anual de 2019

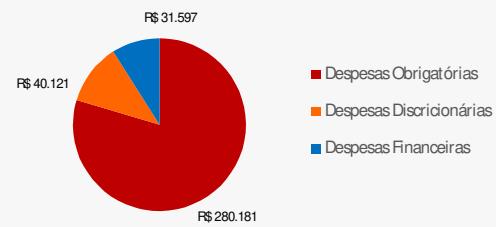
Tipo de Crédito	Valor	%
Dotação Inicial	R\$ 309.320.929,00	87,79%
Dotação Adicional	R\$ 39.816.706,00	11,30%
Dotação remanejada	- R\$ 4.255.220,00	-1,21%
Provisão para Biometria	R\$ 3.481.144,00	0,99%
Provisão para Pleitos Eleitorais	R\$ 3.962.541,57	1,12%
Total do Orçamento	R\$ 352.326.100,57	100%

Grupo de Natureza da Despesa (em milhões)



Fonte de Dados SECOFC TRE-PR

Indicador de Resultado Primário (em milhões)



Fonte de Dados SECOFC TRE-PR

As despesas financeiras, são as de responsabilidade da própria União. No caso em tela, trata-se da Contribuição Patronal da União sobre a folha de pagamento de pessoal, que atualmente corresponde a 22% sobre a base salarial.

Já as despesas obrigatórias, consistem na Folha de Pagamento de Pessoal AL¹⁰⁰ e Inativos e seus benefícios, como a Assistência Médica e Odontológica, Assistência Pré-Escolar, Auxílio-Transporte, Auxílio-Alimentação, Auxílio-Funeral e Natalidade.

As despesas discricionárias são aquelas que o gestor tem a possibilidade de executar para atender as estratégias definidas na proposta. No Orçamento do Tribunal, elas corresponderam a 20% do total do orçamento. Cabe ressaltar, que deste percentual, existem as despesas contratuais, as quais já estão comprometidas. No exercício de 2019, as despesas contratuais, corresponderam ao percentual de 82,52% das despesas discricionárias, restando ao gestor o percentual de 17,48% para atender a discricionariedade da execução do orçamento.

Eleições

Na Ação Pleitos Eleitorais recebemos uma provisão no valor de R\$ 3.962.541,57 (três milhões novecentos e sessenta e dois mil quinhentos e quarenta e um reais e cinquenta e sete centavos).

As despesas com pessoal e encargos totalizaram o valor de R\$ 3.220.486,54 (três milhões duzentos e vinte mil quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos). As principais despesas empenhadas na Ação Pleitos Eleitorais estão abaixo demonstradas, destacando-se, especialmente, o pagamento de passivo de banco de horas eleitoral, o que correspondeu ao valor de R\$ 3.103.534,73 (três milhões cento e três mil quinhentos e trinta e quatro reais e setenta e três centavos):

Eleição - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte de Dados SECOFC TRE-PR

Despesa do exercício anterior	R\$ 3.720,52
Eleições Suplementares	R\$ 113.231,29
Passivo de Banco de Horas Eleitoral	R\$ 3.103.534,73

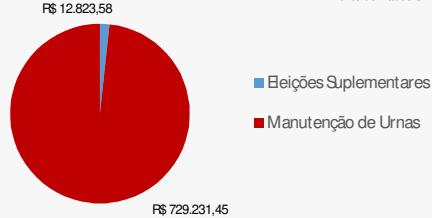
Outras Despesas Correntes (custeio)

As despesas com custeio totalizaram em 2019 o valor de R\$ 742.055,03 (setecentose quarenta e doismil e cinqüenta e cinco reais e tréscentavos).

Nos gráficos abaixo, demonstra-se a distribuição dos gastos:

Eleição - Outras Despesas Correntes

Fonte de Dados SECOFC TRE-PR

**Cadastro Eleitoral e Biometria**

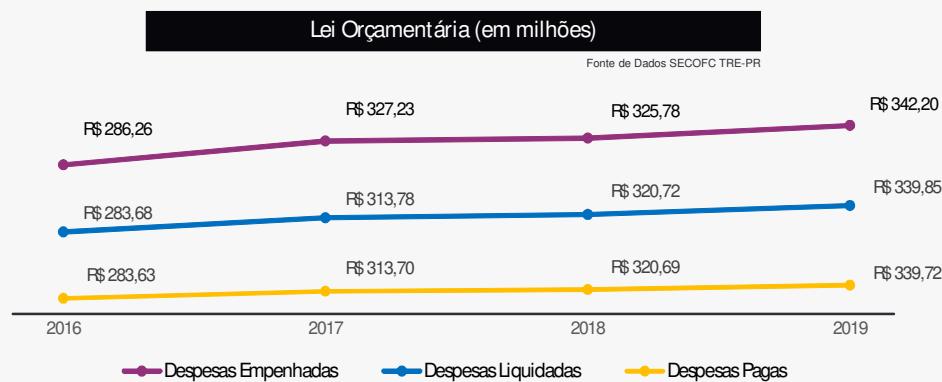
Na Ação Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor recebemos provisão no valor total de R\$ 3.481.144,00 (três milhões quatrocentos e oitenta e um mil cento e quarenta e quatro reais). As principais despesas realizadas para a Biometria seguem demonstradas abaixo:

Biometria

Fonte de Dados SECOFC TRE-PR

Diversos	R\$ 24.943,07
Motorista	R\$ 25.637,50
Combustíveis	R\$ 26.621,81
Passagens	R\$ 42.131,21
Diárias	R\$ 251.622,00
Estagiários	R\$ 355.053,80
Recepção	R\$ 2.755.134,62

Evolução da Execução Orçamentária



Descentralizações Orçamentárias (em milhões)

Fonte de Dados SECOFC TRE-PR

* Há coincidência entre os valores de Despesas Empenhada, Pagas e Liquidadas

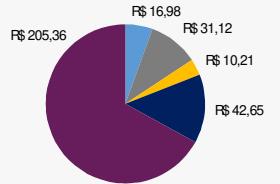
No gráfico das descentralizações fica bastante evidente a bienalidade do orçamento para as eleições, bem como o seu crescimento durante este período.

Despesas Obrigatórias e Financeiras - Valores Empenhados

Os gráficos ao lado demonstram que as despesas obrigatórias e financeiras de 2019 permaneceram praticamente nos mesmos patamares estabelecidos em 2018. Observa-se que o maior gasto com despesas obrigatórias ocorre com servidores ativos, aqui compreendidos o pagamento de Servidores do quadro da Justiça Eleitoral, Membros da corte, Juízes Eleitorais e Promotores Eleitorais.

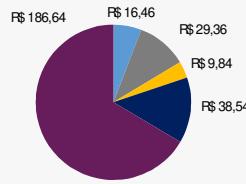
Despesas Obrigatórias e Financeiras Valores Empenhados 2019 (em milhões)

Fonte de Dados SECOFC TRE-PR



Despesas Obrigatórias e Financeiras Valores Empenhados 2018 (em milhões)

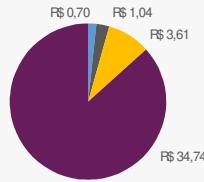
Fonte de Dados SECOFC TRE-PR



Despesas Discretionárias - Valores Empenhados

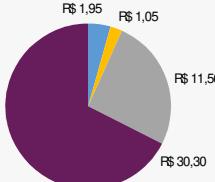
Despesas Obrigatórias e Financeiras Valores Empenhados 2019 (em milhões)

Fonte de Dados SECOFC TRE-PR



Despesas Obrigatórias e Financeiras Valores Empenhados 2018 (em milhões)

Fonte de Dados SECOFC TRE-PR



Maiores despesas Discretionárias, incluídos os valores com Beições e Biometria

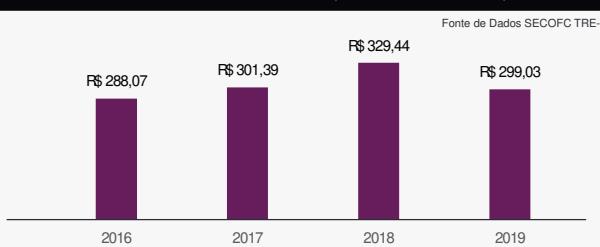
Limpeza e conservação	R\$ 5,247
Apoio adm., técnico e operacional	R\$ 4,467
Manutenção predial	R\$ 3,278
Adicional de apoio adm., técnico e operacional	R\$ 3,152
Estagiários	R\$ 2,965
Energia Elétrica	R\$ 2,679
Reformas de pequeno vulto	R\$ 1,885
Vigilância ostensiva	R\$ 1,809
Outros materiais permanentes e equipamentos	R\$ 1,383
Despesas de teleprocessamento	R\$ 1,313
Equipamento de informática	R\$ 1,157
Piano anual de capacitação	R\$ 1,044
Diárias de servidores	R\$ 0,997
Vigilância eletrônica	R\$ 0,748
Construção de Cartório Eleitoral em Ribeirão Claro	R\$ 0,745
Aquisição de Software	R\$ 0,734
Manutenção preventiva de urnas eletrônicas	R\$ 0,729
Passagens e locomoção para servidores	R\$ 0,611
Serviços de copa e cozinha	R\$ 0,561
Serviço de comunicação em geral (postagens)	R\$ 0,429

* valores em milhões

Evolução da Dotação Orçamentária por Programa e Ações

Perfil do Gasto do Tribunal

Gestão do Processo Eleitoral (valores em milhões)



Previdência de Inativos e Pensionistas da União - (valores em milhões)



Ação	2016	2017	2018	2019	Total
20 TP Pagamento de pessoal ativo da União	R\$ 163,07	R\$ 188,79	R\$ 186,64	R\$ 205,36	R\$ 743,85
181 Pagamento de aposentadoria e pensões – Servidores Civis	R\$ 38,76	R\$ 44,07	R\$ 48,46	R\$ 52,86	R\$ 184,15
20 GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	R\$ 40,37	R\$ 46,63	R\$ 42,91	R\$ 35,18	R\$ 165,10
9 HB Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do Regime de Previdência de servidores públicos federais	R\$ 25,11	R\$ 27,72	R\$ 29,36	R\$ 31,12	R\$ 113,32
4269 Peitos Eleitorais	R\$ 31,77	R\$ 1,47	R\$ 46,71	R\$ 3,96	R\$ 83,91
2004 Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes	R\$ 5,45	R\$ 5,63	R\$ 5,71	R\$ 5,77	R\$ 22,56
2128 Outros benefícios aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes			R\$ 10,75	R\$ 11,20	R\$ 21,95
2012 Auxílio alimentação aos servidores e empregados	R\$ 8,68	R\$ 8,68			R\$ 17,36
7832 Implantação do sistema de automação de identificação do eleitor	R\$ 2,68	R\$ 7,72	R\$ 1,22	R\$ 3,48	R\$ 15,10
7X25 Instalação do gerador de energia fotovoltaica do TRE-PR		R\$ 2,80	R\$ 1,95		R\$ 4,75
2010 Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados	R\$ 1,79	R\$ 1,77			R\$ 3,56
7V52 Ampliação do edifício sede do TRE-PR	R\$ 0,65	R\$ 0,90			R\$ 1,55
153L Ampliação e reforma do Cartório Eleitoral no Município de Toledo	R\$ 1,13				R\$ 1,13
7W43 Ampliação e reforma do Cartório Eleitoral no Município de São José dos Pinhais	R\$ 0,80				R\$ 0,80
1554 Construção de Cartório Eleitoral no Município de Ribeirão Claro				R\$ 0,70	R\$ 0,70
2011 Auxílio Transporte aos servidores e empregados	R\$ 0,13	R\$ 0,15			R\$ 0,28
153K Ampliação e reforma do Cartório Eleitoral no Município de Ponta Grossa	R\$ 0,15				R\$ 0,15
00M1 Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio-funeral e natalidade	R\$ 0,03	R\$ 0,09			R\$ 0,12
14WZ Construção de Cartório Eleitoral no Município de Cascavel	R\$ 0,11				R\$ 0,11
2549 Comunicação e divulgação institucional	R\$ 0,02				R\$ 0,02
Total	R\$ 320,70	R\$ 336,42	R\$ 373,71	R\$ 349,64	R\$ 1.380,48

Valores em milhões

Detalhamento das despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Unidade Orçamentária 14.101 e 14.116

Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais (Gastos com Pessoal – valores em milhões)

Elemento de Despesa	2019	2018	2017	2016
11 – Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil	R\$ 202,155	R\$ 179,921	R\$ 172,973	R\$ 158,868
01 - Aposentados	R\$ 42,538	R\$ 38,520	R\$ 33,662	R\$ 28,331
13 – Obrigações Patronais	R\$ 31,174	R\$ 29,388	R\$ 27,752	R\$ 25,158
Demais Elementos	R\$ 16,692	R\$ 32,577	R\$ 26,432	R\$ 23,219
Total	R\$ 292,560	R\$ 280,408	R\$ 260,821	R\$ 235,577

Grupo 3 – Outras Despesas Correntes (Ousteios – valores em milhões)

Elemento de Despesa	2019	2018	2017	2016
39 – Outros serviços (serviços de terceiros)	R\$ 20,037	R\$ 27,190	R\$ 27,371	R\$ 27,756
37 – Locação de mão de obra	R\$ 13,291	R\$ 18,458	R\$ 15,297	R\$ 20,307
46 – Auxílio alimentação	R\$ 9,063	R\$ 8,722	R\$ 8,675	R\$ 8,682
Demais elementos	R\$ 10,373	R\$ 25,419	R\$ 7,863	R\$ 14,850
Total	R\$ 52,766	R\$ 79,790	R\$ 59,206	R\$ 71,596

Grupo 4 – Investimentos (Ousteios – valores em milhões)

Elemento de Despesa	2019	2018	2017	2016
52 – Equipamentos e material permanente	R\$ 2,045	R\$ 7,572	R\$ 9,533	R\$ 9,511
51 – Obras e instalações	R\$ 1,503	R\$ 4,107	R\$ 5,746	R\$ 2,545
40 – Serviços de TI e Comunicação PJ	R\$ 0,734	R\$ 1,192	R\$ 1,073	R\$ 1,376
Demais elementos	R\$ 0,030	R\$ 0,639	R\$ 0,036	R\$ 0,096
Total	R\$ 4,314	R\$ 13,512	R\$ 16,389	R\$ 13,530

Gestão de Custos

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná segue uma sistemática de apuração de custos desenvolvida pelo planejamento estratégico do Tribunal Superior Eleitoral, órgão setorial, com base nos princípios de relevância, valor social, comparabilidade, confiabilidade, granularidade, disponibilidade e periodicidade.

Ostrabalhos iniciaram-se em 2015 e incluem a definição dos critérios e a elaboração de sistema informado para captação e levantamento desses custos.

Em 19 de dezembro de 2016, foi aprovada pelo Pleno do Tribunal Superior Eleitoral a Resolução 23.504, que dispõe sobre a implantação da sistemática de apuração de custos no âmbito da Justiça Eleitoral.

Cabe à setorial do TSE o desenvolvimento da metodologia de apuração, além da orientação, apuração e divulgação dos custos anuais da Justiça Eleitoral. O TRE-PR faz o levantamento dos dados na Seção de Gerenciamento de Custos (SGEC) e os encaminha ao TSE, conforme a sistemática desenvolvida.

Dadas as características próprias da justiça especializada, estabeleceu-se como centro de custo o Imóvel Ocupado, para haver-se daí para a definição dos custos a serem apurados e suas metodologias.

De acordo com a mencionada Resolução, compete à Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE, a responsabilidade pelo gerenciamento e consolidação dos dados, baseados nas informações prestadas pelos Tribunais Eleitorais. Atualmente, o levantamento dos custos na Justiça Eleitoral encontra-se em fase de apuração, por meio do sistema desenvolvido pelo próprio TSE.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

O TRE-PR exerce o papel de Setorial Contábil de Unidade Gestora sendo responsável apenas por sua contabilidade. A responsabilidade pela análise e validação das demonstrações contábeis fica a cargo da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, vinculada à Secretaria de Orçamento Finanças e Contabilidade, cuja titular é a servidora Cecília Maria Wosch Orsió (Analista Judiciária – Área Administrativa). As atribuições da Coordenadoria estão previstas no art. 91 da Resolução 829/2019 (<http://www.tre-pr.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre-pr/resolucoes-tre-pr>).

A responsável pelo registro da conformidade contábil desde 15/10/14 é Angela Orsió (Analista Sosnowski Cardoso (ORC/PR 032635/0-4). A servidora, lotada na Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, ocupa o cargo de Analista Judiciária – Especialidade Contabilidade.

Os procedimentos adotados pelo TRE-PR baseiam-se nos Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no Plano de Contas da União e nos Manuais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, as chamadas Macrofunções. Todas as atividades têm como objetivo assegurar a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (Safi).

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, quais sejam: Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBCTSP), Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª ed.–MCASPe Manual Safi. São elas:

Gestão de Custos

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

- Balanço Orçamentário: compara os valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento.
- Balanço Financeiro: evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
- Balanço Patrimonial: evidencia ativos e passivos do órgão.
- Demonstração das Variações Patrimoniais: demonstra o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentadas (receitas) com as variações patrimoniais diminuídas (despesas).

No ano de 2019 houve avanços em procedimentos contábeis tais como:

- Análise da compatibilização entre as naturezas de despesa indicadas nos esforços com os registros em variações patrimoniais diminuídas;
- Publicação das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas no Portal da Transparência;
- Padronização dos procedimentos de reconhecimento, mensuração, evidencição e amortização do ativo intangível (softwares), ocorrida no final do mês de novembro, por meio de Orientação do TSE, as quais serão implementados durante o ano de 2020 após a atualização do sistema Asweb;
- Implantação de controles internos para os procedimentos de apropriação de férias e 13º salário, tendo em vista a mudança de critério contábil ocorrida em outubro de 2018.

As informações contábeis estão disponíveis em <http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal>

Declaração da Contadora

Considerando as atribuições contábeis e os avanços realizados, declaro que as Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2019, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE-PR.

Angela Crisângela Sosnowski Cardoso
CRC PR-032635/ O-4

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

As despesas empenhadase não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício são inscritas em restos a pagar, em atendimento aos arts 35 e 36 da Lei nº 4.320/64, que as dispõe em processadas e não processadas.

O déficit orçamentário, no montante de R\$ 349.641.190,81, ocorre em função desta UPCnão possuir receitas orçamentárias, pois apenas executa despesas para a prestação dos serviços públicos e realização de investimento, não sendo, portanto um agente arrecadador. Observe-se que o valor do déficit orçamentário corresponde ao valor total das despesas empenhadas.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO					
RECEITA		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				349.641.190,81	349.641.190,81
DEFÍCIT				-	-
TOTAL				349.641.190,81	349.641.190,81

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	306.913.244,00	340.567.330,00	345.327.052,16	343.662.750,41	343.542.595,20	(4.759.722,16)
Pessoal e Encargos Sociais	258.557.053,00	291.339.938,00	292.560.887,15	292.033.197,53	292.033.197,53	(1.220.949,15)
Outras Despesas Correntes	48.356.191,00	49.227.392,00	52.766.165,01	51.629.552,88	51.509.397,67	(3.538.773,01)
DESPESAS DE CAPITAL	2.407.685,00	4.315.085,00	4.314.138,65	3.628.960,58	3.617.690,58	946,35
Investimentos	2.407.685,00	4.315.085,00	4.314.138,65	3.628.960,58	3.617.690,58	946,35
TOTAL	309.320.929,00	344.882.415,00	349.641.190,81	347.291.710,99	347.160.285,78	(4.758.775,81)

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	2.147.700,87	1.671.565,75	1.671.565,75	443.780,56	32.354,56
Pessoal e Encargos Sociais	-	346.284,50	38557,74	38.557,74	309.726,76	-
Outras Despesas Correntes	-	1.799.416,37	1.633.008,01	1.633.008,01	134.053,80	32.354,56
DESPESAS DE CAPITAL	726.183,55	3.147.022,31	3.483.838,25	3.483.838,25	42.454,83	346.912,78
Investimentos	726.183,55	3.147.022,31	3.483.838,25	3.483.838,25	42.454,83	346.912,78
TOTAL	726.183,55	5.294.723,18	5.155.404,00	5.155.404,00	466.235,39	379.267,34

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	-	72.984,73	72.983,55	1,18	-	
Outras Despesas Correntes	-	72.984,73	72.983,55	1,18	-	
DESPESAS DE CAPITAL	2.601,67	15.228,78	15.228,78	2.601,67	-	
Investimentos	2.601,67	15.228,78	15.228,78	2.601,67	-	
TOTAL	2.601,67	88.213,51	88.212,33	2.602,85	-	

Balanco Financeiro

O Balanço Financeiro reflete os ingressos e dispêndios de natureza orçamentária e extra orçamentária, bem como os saldos provenientes do exercício anterior e aqueles transferidos para o exercício seguinte. As transferências financeiras são realizadas mensalmente, por meio de sub-repasses, pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

BALANÇO FINANCEIRO EM REAIS			
INGRESSOS	2019	2018	AH
ESPECIFICAÇÃO			
Transferências Financeiras Recebidas	348.839.170,71	375.150.234,33	
Resultantes da Execução Orçamentária	348.335.907,11	371.108.635,57	
Sub-repasso Recebido	348.335.907,11	371.108.635,57	-6,14%
Independentes da Execução Orçamentária	503.263,60	4.041.598,76	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	497.760,13	4.030.978,69	-87,65%
Demais Transferências Recebidas	2.628,90	3.762,59	-30,13%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.874,57	6.857,48	-58,08%
Recebimentos Extraorçamentários	7.142.039,11	14.133.589,48	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	131.425,21	74.213,51	77,09%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.349.479,82	5.294.723,18	-55,63%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	150.595,71	643.555,47	-76,60%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.510.538,37	8.121.097,32	-44,46%
Arrecadação de Outra Unidade	4.331.395,49	7.826.809,46	-44,66%
Demais Recebimentos	179.142,88	294.287,86	-39,13%
Saldo do Exercício Anterior	4.497.526,13	2.279.913,16	
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.497.526,13	2.279.913,16	97,27%
TOTAL	360.478.735,95	391.563.736,97	
DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	AH
Despesas Orçamentárias	349.641.190,81	373.711.533,08	
Ordinárias	301.873.762,49	328.446.090,08	
Vinculadas	47.767.428,32	45.265.443,00	
Previdência Social (RPPS)	47.767.428,32	41.990.000,00	13,76%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		3.275.443,00	
Transferências Financeiras Concedidas	4.952.931,06	7.837.429,53	
Independentes da Execução Orçamentária	4.952.931,06	7.837.429,53	-36,80%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	616.032,10		
Movimento de Saldos Patrimoniais	4.336.898,96	7.837.429,53	-44,66%
Pagamentos Extraorçamentários	5.386.253,20	5.517.248,23	
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	88.212,33	64.365,03	37,05%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	5.155.404,00	4.818.333,78	7,00%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	142.636,87	634.549,42	-77,52%
Saldo para o Exercício Seguinte	498.360,88	4.497.526,13	
Caixa e Equivalentes de Caixa	498.360,88	4.497.526,13	-88,92%
TOTAL	360.478.735,95	391.563.736,97	

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que retrata a composição qualitativa e quantitativa do Patrimônio da Entidade Pública, constituído por bens, direitos (Ativo) e obrigações (Passivo), e pela situação líquida patrimonial representada pelo Patrimônio Líquido apurada pela diferença entre os elementos do Ativo e do Passivo.

Os atos e fatos da gestão foram registrados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes na Administração Pública Federal, na forma estabelecida pela legislação em vigor, complementada pelas orientações contábeis no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

As disponibilidades, os direitos, títulos de créditos e as obrigações estão apresentadas pelo valor original, em moeda nacional.

Os estoques são desenhados à utilização própria do órgão, no curso normal de suas atividades, e o método utilizado para mensuração e avaliação é o custo médio ponderado conforme preceitua a Lei 4.320/64 (art. 106, III) e NBCT 16.10 (item 16).

Em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o TRE-PR registrou as despesas antecipadas com a aquisição de jornais, revistas, periódicos e a contratação de seguros e serviços observando os princípios da competência e oportunidade.

Os bens do ativo imobilizado foram depreciados em observância ao estabelecido nas normas de contabilidade e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MCASP da Secretaria do Tesouro Nacional e seus respectivos valores contabilizados mensalmente durante o exercício pelo

método de quotas constantes, calculadas sobre valores comparáveis com a vida útil do ativo, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante.

Pelivamente ao intangível, para o ano de 2020 está prevista a revisão contábil dos registros, em função da Orientação nº 12/219, de 05/11/19, expedida pela COFIC/SOF/TSE a qual dispõe sobre a padronização dos procedimentos de reconhecimento, mensuração, evidenciação e amortização.

Sobre a depreciação de bens imóveis, no ano de 2019 ocorreu erro em arquivo enviado pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia, para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) gerando contabilização em duplicidade cujos valores foram corrigidos pela Coordenação-Geral de Contabilidade (COONT/STN) em 31 de janeiro de 2020, por meio de emissão do documento SIAFI Nota de Lançamento.

No que se refere às férias a pagar, o saldo contempla a remuneração acrescida de 1/3 de abono constitucional, pertinente aos servidores com férias vencidas e não usufruídas no exercício.

A mudança de critério contábil, ocorrida em outubro de 2018, em função da atualização da Macrofunção Siafi 021142 – Folha de Pagamento, passou a considerar, no cálculo dos valores, 1/12 sobre a remuneração dos servidores, sendo que até 09/18 a provisão era efetuada apenas pelo 1/3 de férias do abono constitucional. Esta mudança, em que pese introduzida no ano de 2018, trouxe reflexo para o ano de 2019 na conta passivo - Férias a Pagar, justificando a variação ocorrida na conta contábil.

Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL EM REAIS

ATIVO	NE	2019	2018	AH	PASSIVO	NE	2019	2018	AH
CIRCULANTE		5.509.485,59	9.862.499,79		CIRCULANTE		13.166.260,84	10.854.208,80	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	498.360,88	4.497.526,13	-88,92%	Obrigações Trabalhistas a pagar Curto Prazo	7	13.017.870,74	10.434.361,66	24,76%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	1.231.670,92	1.151.850,34	6,93%	Fornecedores e contas a Curto Prazo		-	380.862,23	-100,00%
Estoques	3	3.265.443,90	4.072.044,77	-19,81%	Demais Obrigações a Curto Prazo	8	148.390,10	38.984,91	280,63%
Variações Diminutivas Pagas Antecipadamente	4	514.009,89	141.078,55	264,34%					
NÃO CIRCULANTE		228.557.262,29	223.598.332,20		NÃO CIRCULANTE		6.305,60	6.305,60	
Imobilizado	5	221.629.488,99	217.356.887,72		Demais Obrigações a Longo Prazo		6.305,60	6.305,60	-
Bens Móveis		119.094.617,98	116.365.400,74	2,35%					
(-) Depreciação de Bens Móveis		- 80.329.407,86	- 71.177.721,61	12,86%					
Bens Imóveis		184.346.813,99	172.970.784,29	6,58%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		220.894.181,44	222.600.317,59	-0,77%
(-) Depreciação de Bens Imóveis		- 1.482.535,12	- 801.575,70	84,95%	Resultado do Exercício	9	- 1.450.357,55	10.407.509,02	-113,94%
Intangível	6	6.927.773,30	6.241.444,48		Resultados de Exercícios Anteriores		222.600.317,59	215.945.290,36	0,03
Softwares		6.927.773,30	6.241.444,48	11,00%	Ajustes de Exercícios Anteriores		- 255.778,60	- 3.752.481,79	-93,18%
TOTAL DO ATIVO		234.066.747,88	233.460.831,99	0,26%	TOTAL DO PASSIVO		234.066.747,88	233.460.831,99	0,26%

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO				
	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	
ATIVO FINANCEIRO		498.360,88	4.497.526,13	PASSIVO FINANCEIRO	2.883.442,86	6.127.033,56	
ATIVO PERMANENTE		233.568.387,00	228.963.305,86	PASSIVO PERMANENTE	12.663.203,30	10.434.361,66	
					SALDO PATRIMONIAL	218.520.101,72	216.899.436,77

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2.495.789,31	3.084.064,56	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	56.829.617,26	51.207.559,60
Execução dos Atos Potenciais Ativos	2.495.789,31	3.084.064,56	Execução dos Atos Potenciais Passivos	56.829.617,26	51.207.559,60
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	2.425.225,51	3.002.601,24	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	70.563,80	81.463,32	Obrigações Contratuais a Executar	56.829.617,26	51.207.559,60
TOTAL	2.495.789,31	3.084.064,56	TOTAL	56.829.617,26	51.207.559,60

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DéFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DéFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-2.362.114,10
Recursos Vinculados	-22.967,88
Previdência Social (RPPS)	-20.932,44
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-2.035,44
TOTAL	-2.385.081,98

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		378.306.480,10	392.493.762,31
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		529,63	317,90
Taxas		529,63	317,90
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		15.720,04	15.117,45
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		15.720,04	15.117,45
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0,78	77,47
Juros e Encargos de Mora		0,78	77,47
Transferências e Delegações Recebidas		349.260.268,27	376.785.316,26
Transferências Intragovernamentais		349.018.313,59	375.444.522,19
Outras Transferências e Delegações Recebidas	10	261.954,68	1.340.794,07
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		24.694.770,67	7.881.555,90
Reavaliação de Ativos	11	24.583.636,08	6.977.814,57
Ganhos com Incorporação de Ativos		103.811,02	903.741,33
Ganhos com Desincorporação de Passivos		7.323,57	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		4.315.190,71	7.811.377,33
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	12	4.315.190,71	7.811.377,33
Multas código eleitoral		3.859.413,53	7.085.801,80
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		379.756.837,65	382.086.253,29
Pessoal e Encargos		252.633.133,06	249.969.272,85
Remuneração a Pessoal		209.292.234,30	201.357.354,05
Encargos Patronais		32.047.092,28	29.606.602,84
Benefícios a Pessoal		11.285.016,48	11.018.925,96
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	13	8.790,00	7.986.390,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		52.859.497,32	48.511.734,83
Aposentadorias e Reformas		42.535.102,50	38.582.922,93
Pensões		10.169.512,12	9.846.978,90
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		154.882,70	81.833,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		51.734.691,85	70.463.114,23
Uso de Material de Consumo		1.830.275,01	3.930.565,57
Serviços	14	39.284.809,21	56.127.833,17
Depreciação, Amortização e Exaustão		10.619.607,63	10.404.715,49
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		1.472,70	468,87
Juros e Encargos de Mora		1.434,05	409,18
Descontos Financeiros Concedidos		39,65	59,69
Transferências e Delegações Concedidas		5.349.876,28	11.245.318,99
Transferências Intragovernamentais	15	4.952.931,06	7.837.429,53
Outras Transferências e Delegações Concedidas		396.945,22	3.407.889,46
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		16.534.650,50	1.330.863,15
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	16	15.503.457,63	25.291,57
Perdas Involuntárias		17.219,96	190.041,88
Incorporação de Passivos		48.331,39	86.668,08
Desincorporação de Ativos		965.641,32	1.028.861,62
Tributárias		79.689,69	79.022,04
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		11.557,16	13.291,79
Contribuições		68.132,53	65.730,25
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		563.826,25	486.458,33
Premiações		-	8.745,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		563.826,25	477.713,33
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		- 1.450.357,55	10.407.509,02

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas que aumentaram e diminuíram.

No ano de 2019 ocorreu a reavaliação de 8 imóveis cadastrados no Spiunet.

O valor constante no demonstrativo não representa o valor reavalizado pois, no mês de dezembro, foi emitido o documento de cancelamento da reavaliação do imóvel de Curiúva, tendo em vista inconsistências nos cálculos do valor. Contudo, o sistema Spiunet não ofereceu o tratamento de contabilização adequado, ocasionando reflexos indevidos na conta contábil de reavaliação de ativos e de redução a valor recuperável. Desta forma, considerando corretamente o estorno, o valor de Reavaliação do Ativo totaliza R\$ 9.080.178,25. Em que pese ter ocorrido esta intercorrência técnica de sistema, não há comprometimento das informações haja vista os valores lançados na conta de imóveis representarem a reavaliação de fato autorizada. Da mesma forma não há interferência no resultado do exercício vez que a soma algébrica das operações de reavaliação (+) e redução (-) anulam o valor registrado indevidamente.

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.117.592,36	15.560.323,83
INGRESSOS	353.500.304,79	383.914.887,12
Outros Ingressos Operacionais	353.500.304,79	383.914.887,12
Ingressos Extraorçamentários	150.595,71	643.555,47
Transferências Financeiras Recebidas	348.839.170,71	375.150.234,33
Arrecadação de Outra Unidade	4.331.395,49	7.826.809,46
Demais Recebimentos	179.142,86	294.267,86
DESEMBOLSOS	- 350.382.712,43	- 368.354.563,29
Pessoal e Demais Despesas	- 314.024.680,71	- 330.446.027,86
Judiciário	-261.224.860,49	-281.984.415,51
Previdência Social	- 52.799.820,22	- 48.461.612,35
Transferências Concedidas	- 31.262.463,79	- 29.436.556,48
Intragovernamentais	-31.262.463,79	-29.436.556,48
Outros Desembolsos Operacionais	- 5.095.567,93	- 8.471.978,95
Despêndios Extraorçamentários	-142.636,87	-634.549,42
Transferências Financeiras Concedidas	-4.952.931,06	-7.837.429,53
	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	- 7.116.757,61	- 13.342.710,86
DESEMBOLSOS	- 7.116.757,61	- 13.342.710,86
Aquisição de Ativo Não Circulante	-6.406.118,79	-11.410.998,03
Outros Desembolsos de Investimentos	-710.638,82	-1.931.712,83
	2019	2018
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	- 3.999.165,25	2.217.612,97
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	4.497.526,13	2.279.913,16
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	498.360,88	4.497.526,13

A Demonstração do Fluxo de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis. A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2018 foi positiva, no montante de R\$ 498.360,88.

Ofício Circular - Tribunal Superior Eleitoral



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Ofício-Circular GAB-DG nº 59/2020

Brasília, 03 de março de 2020.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)
Diretor(a)-Geral de Tribunal Regional Eleitoral

Assunto: Relatório de Custos para o Relatório Integrado de Gestão 2019

Senhor(a) Diretor(a)-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria o Relatório de Custos referente ao exercício de 2019, para compor o Relatório Integrado de Gestão desse Tribunal Regional, em atendimento à solicitação do Tribunal de Contas da União – TCU.

Ressalto que o relatório foi compilado pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, a partir de dados constantes do Sistema Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC.

Atenciosamente,

ANDERSON VIDAL CORRÊA
DIRETOR-GERAL

Documento assinado eletronicamente em 05/03/2020, às 08:20,
conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).

A autenticidade do documento pode ser conferida em
https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_verificar&id_orgao_acesso_externo=0&v=1267950&crc=66E77BA1,
informando, caso não preenchido, o código verificador **1267950** e o
código CRC **66E77BA1**.

Relatório de Gestão - 2019

